



PODER LEGISLATIVO
CIDADE DE GUARULHOS

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA VINTE NOVE DE MAIO DE DOIS MIL E DEZESSETE NA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARULHOS, COM INÍCIO ÀS NOVE HORAS VINTE E UM MINUTOS E TÉRMINO ÀS TREZE HORAS E DEZ MINUTOS.



Realização: Secretaria da Saúde

Presidente: Vereador Dr. Alexandre Dentista

Assunto: Prestação de contas do primeiro quadrimestre de 2017

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Bom dia a todos.

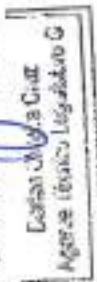
Hoje, dia 29 de maio de 2017. Sob a proteção de Deus, iniciamos esta audiência pública.

Esta Comissão Permanente de Higiene e Saúde Pública esclareça que, no momento, o Executivo está sendo representado pelo ilustríssimo Dr. José Sérgio Iglesias Filho, secretário de Saúde, que fará explanações referentes à prestação de contas do primeiro quadrimestre de 2017, obedecendo, dessa forma, ao disposto no art. 36 da Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012.

Agora, eu vou chamar para compor a Mesa, como não estão presentes, mas, em seguida, se chegarem, com certeza, chamarei para compor a Mesa os vereadores desta comissão. Eu gostaria de chamar para compor a Mesa o Dr. José Sérgio Iglesias Filho, secretário de saúde; a Dra. Graciane Dias, secretária-adjunta de Saúde; o Sr. Nelson Serrano dos Santos Filho, gerente técnico do Controle e Execução da Despesa e Pagamento; o Sr. Antônio Luiz do Vale, presidente do Conselho Municipal de Saúde. Com a palavra, o Sr. Secretário. Pois não?

O SR. ZÉ LUIZ - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Sim, senhor.





O SR. ZÉ LUIZ - É que para a gente ter validade na reunião de hoje, na audiência de hoje de prestação de conta da secretaria, nós temos que ter um número mínimo de presença da Comissão. Nós estamos apenas com o senhor representando a Comissão de Saúde, ainda está faltando, pelo menos, mais um vereador dos três que compõem a reunião. Nós corremos o risco de abrir a audiência, o secretário fazer a exposição e todo mundo estar aguardando e não convalidar por falta de um membro.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Sim. Vereador, para essa prestação de conta da secretaria não precisa de quórum da comissão. Não é uma reunião, é uma prestação de contas da secretaria. Por isso, abri só com a minha presença e gostaria de aproveitar e consignar a presença dos nobres vereadores: Prof. Rômulo Ornelas, vereadora Janete Rocha Pietá e o Sr. Vereador José Luiz.

O SR. ZÉ LUIZ - Sim, Sr. Presidente, mas o senhor é presidente da Comissão de Saúde e precisaríamos. Quem convoca a prestação das contas da comissão é o senhor, é a Comissão de Saúde, para que a gente possa ter aqui a presença do secretário de Saúde. Eu estou dizendo que há o risco dessa audiência ser invalidada até judicialmente se não tiver a presença de, pelo menos, mais um vereador da comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Sim, eu vou pedir para a comissão técnica ligar para os vereadores, mas, de qualquer maneira, o meu conhecimento é que não precisa de quórum para essa audiência. Ah, desculpe, também a presença do nobre vereador Surfista. Desculpe. Thiago Surfista. Não é Surfista? Mas, de qualquer maneira, agradeço a preocupação do vereador José Luiz. Obrigado, vereador.

Com a palavra, o secretário.

O SR. JOSÉ SÉRGIO IGLESIAS FILHO - Bom, bom dia a todos, Sr. Presidente desta sessão, vereador Alexandre; o Sr. Antônio, presidente do Conselho Municipal de Saúde; a Dra. Graciane, secretária municipal da saúde, junto com este secretário, somos dois na saúde; Nelson, Cristina; funcionários da Câmara; Srs. Vereadores, aos quais eu cumprimento a todos e a nossa equipe aqui da frente da Secretaria da Saúde que estão no dia a dia conosco.

Bom, esse é um momento de praxe, é uma rotina essa apresentação quadrimestral, ela se compõe basicamente em duas partes. Uma apresentação financeira e outra uma apresentação técnica operacional da produtividade. Então, nós temos dois profissionais que já, regularmente, fazem essa apresentação. É uma apresentação que tem um *data show*, todos poderão acompanhar.

Eu vou pedir para que o Nelson comece fazendo a apresentação financeira, depois o Michel complementar. E é óbvio nós estamos à disposição de todos para esclarecimentos que se fizerem necessários. Bom dia a todos, uma ótima semana para nós.

CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 19 / 06 / 17



O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Com a palavra.

O SR. NELSON SERRANO DOS SANTOS FILHO - Bom dia a todos: Sr. Presidente, secretário e demais vereadores.

Hoje, a apresentação da primeira parte é em relação à receita e à despesa referente a Secretaria de Saúde na execução do primeiro quadrimestre. Nós temos, na elaboração do orçamento... O orçamento público é detalhado de diversas formas. Então, existe uma possibilidade de fazer diversos detalhamentos dentro do orçamento para identificar onde está sendo gasto, todas as despesas e de que forma. Nós trouxemos algumas informações em relação de quanto se arrecada, como está sendo executada a despesa da Secretaria de Saúde e do Fundo Municipal de Saúde.

Então, nós vamos falar a primeira parte da receita de como que vai vindo, de onde vêm os recursos referentes ao Fundo Municipal de Saúde. Esse primeiro *slide* fala dos recursos do Tesouro, de como que é feito, de onde são feitos os repasses. Existe uma legislação onde obriga que 15%, no mínimo, 15% da arrecadação de toda a arrecadação do município seja repassado para o Fundo Municipal de Saúde com despesas com a saúde. Então, nós temos, aqui, detalhado algumas receitas, algumas rubricas de arrecadação.

As nossas maiores rubricas, maiores receitas são em relação ao IPTU, ao ISS e ao ICMS. Então, você tem lá no primeiro quadrimestre de 2017, nós tivemos uma arrecadação de 248 milhões; tivemos o ISS R\$ 130 milhões; tivemos a maior, que é a nossa maior parte, que é o ICMS onde tivemos 338 milhões e, por fim, o IPVA, que também é uma grande cota nesse início de ano, sempre com o pagamento do IPVA, que tivemos o valor de 126 milhões. Tivemos aí uma arrecadação de 961 milhões aproximadamente, 36,13 por cento do que estava previsto. Além disso temos uma parte que é referente à Vigilância Sanitária, que nós tínhamos uma previsão de um milhão e que arrecadamos 90 mil por esse período. Esse é um dos itens que saem um pouco baixo em relação ao que foi orçado.

Esse é a parte do fundo a fundo do Estado. Então, a arrecadação, a receita do Fundo Municipal de Saúde é feita através de blocos. Então, nós temos dividido entre município, Estado e União. Esta parte já falamos do município e essa parte do Estado não tem grande volume em relação ao que nós arrecadamos. Nós temos uma previsão de 9 milhões e já entrou um valor de dois milhões, 824 mil, que são os maiores que nós temos, que é o Dose Certa e a PAB do Estado.

Essa parte é do repasse da União, o repasse da União é dividido em blocos. Então, nós temos os nossos cinco grandes blocos, desde a Atenção Básica, Média e Alta Complexidade, que são os maiores valores que são arrecadados dentro do Fundo. Então, nós temos um valor de 163 milhões, que é direcionado para Média e Alta Complexidade. Então, de um valor de 247 milhões, nós temos só do fundo de Média e Alta Complexidade,





163 milhões. A arrecadação de Atenção Básica foi 18 milhões; Média e Alta Complexidade, 47 milhões, são os nossos maiores repasses que nós recebemos da União.

Essa segunda parte da despesa. Então, como eu disse, o orçamento público é dividido por diversas possibilidades de ter um controle, uma profundidade nas nossas despesas. Dentro do município é separado em programas. Então, nós separamos os quatro programas entre o orçamento, aquilo que nós podemos gastar, empenhado, liquidado e pago. Então, são os valores. Para quem não sabe, as despesas só podem ser executadas a partir do empenho. Então, você tem o orçamento, começa a elaboração através do empenho. Então, você faz a reserva dentro do orçamento e após isso começa a executar.

Então, nós separamos entre orçado, esse é o Programa 001, que é Aperfeiçoamento da Gestão do Sistema Único de Saúde. Então, nós só colocamos aqui o que a própria LDO e PPA nos encaminha, qualificar a gestão do SUS. Então, nós tínhamos um orçamento de 105 milhões, já foi empenhado 65 milhões e já foi liquidado 28 milhões. O liquidado é aquilo que já foi apresentado em nota fiscal, é aquilo que já foi feito a despesa e encaminhado para pagamento. E um valor de 25 milhões pago.

O Programa 002, Melhoria da Atenção Básica. Então, temos orçado em 243 milhões, o orçamento inicial; o empenhado, 109 milhões e o liquidado, 63 milhões. E já temos pago 57 milhões. O nosso maior bloco, que é a Média e Alta Complexidade, onde nossos recursos são mais caros, estamos falando aqui dos hospitais, então, diversas despesas são direcionadas a esse programa. O nosso orçamento é de 503 milhões; empenhado, 296 milhões; liquidado, 160 milhões e o pagos, 139 milhões.

Esse é o bloco da Vigilância. Então, as ações em relativas à Vigilância Sanitária e aí temos um orçamento de 30 milhões; empenhado já 14 milhões; liquidado, nove milhões e já pagamos praticamente 61% em relação ao que já foi liquidado.

Aqui, é aquele detalhamento que eu disse para vocês, que tudo dentro do orçamento público temos as condições de se aprofundar um pouco mais em relação ao que está sendo gasto. Então, nós relacionamos algumas despesas, alguns elementos das despesas. Então, a gente consegue fazer. Então, a gente vê ali que do orçamento total da prefeitura temos 404 milhões, que são destinados a encargos com pessoal, desses, parte dos encargos, já houve empenho de 152 milhões e aí vai entre empenhado, liquidado, já praticamente tudo.

Nossa maior, nossa segunda maior despesa é em relação aos serviços de pessoa jurídica. Então, aqui está incluído todas as despesas com hospitais. Então, ela é incluída nessa rubrica. Então, temos um valor de 277 milhões; já temos empenhado 194 milhões; o liquidado 81 milhões. A nossa segunda parte, nós já falamos das despesas correntes, a manutenção dos sistemas e a parte do investimento de capital. Então, nós tínhamos ali

CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 19 / 06 / 17



entre obras, equipamentos, essa já é uma... Infelizmente, deveria ser, ter mais, não é? Mas como nossas despesas são muito grandes acaba tendo uma dificuldade na execução de despesa de capital e esse também foi uma dificuldade em relação à execução desse início de exercício. Então, houve uma implantação de novas formas de trabalho dentro do município, onde se criou gestores de contrato, fiscais de contratos e esse primeiro quadrimestre, hoje é uma dificuldade entre o acerto, encaminhar a nota fiscal para pagamento. Então, por isso que tivemos uma dificuldade de fazer o pagamento nesse primeiro sistema. Além disso tudo, despesas de restos a pagar que a prefeitura ainda está tentando solucionar em relação a empenhos, cancelados, diversas situações que houve nesse início de exercício.

E aqui é um resumo de tudo o que nós fazemos entre recurso de Tesouro, Vigilância, transferência do Estado e os federais, então são aqueles blocos que eu falei para vocês, que quando o nosso orçamento é dividido entre receita e despesa. Então, nós tivemos um orçado de 883 milhões. Já tivemos liquidados, que é aquilo que já tem que ser pago, já pode ser pago através de notas fiscais com atesto, com execução de serviço conferido, 261 milhões e o pago 232 milhões.

Como eu disse no início da apresentação, existe obrigatoriedade de que tudo o que se arrecada dentro do município, no mínimo 15 por cento deve ser empregado, no mínimo 15 por cento na Saúde. Então, nós, no início, mesmo com a dificuldade de execução já estamos com uma aplicação de 22,70 por cento. A tendência é que nos próximos quadrimestres, esse índice chegue a 28, 29 por cento se não ultrapassar.

E aqui é só um histórico de quanto está se arrecadando, aplicando na Saúde durante o exercício. Então, partimos, em 2000, de 14,60% e chegamos, em 2016, a 25,41%. E, agora, só aquele índice anterior 22,70%, onde eu disse que a tendência é aumentar no decorrer do ano.

A partir daí são todas as nossas contas relacionadas ao Fundo Municipal de Saúde. Então, todas as contas do Fundo Municipal de Saúde são relacionadas aqui. É uma apresentação, algumas contas ainda com saldos um pouquinho superior ao normal, tendo em vista a dificuldade que tivemos de executar no primeiro quadrimestre tendo em vista uma forma de gerenciamento, uma forma de controle em cima de todos nossos contratos, a exigência de conferência mais detalhada e isso não quer dizer que já não existia, mas existe aí uma obrigatoriedade, agora, de gestores de contratos, uma conferência direta em relação ao que está executando.

Então, são todas as nossas contas. Temos muitas contas, mas não é porque o Fundo Municipal de Saúde deseja ter diversas contas, muitas contas ou na sua maioria são abertas pelo Ministério. Então, muitas vezes, você só recebe uma informação que foi aberta uma conta corrente para uma ação e a gente, a partir daí, faz a controle. Então, não existe uma solicitação do fundo de abertura de uma conta. Então, o Ministério da Saúde simplesmente faz a transferência, faz o repasse na abertura, criando uma





nova. Na somatória de todas as contas, nós temos um saldo de 80 milhões em conta. Essa foi a parte financeira, aí, eu convido outro técnico, que eu acho que é o Michel, que vai falar dessa segunda parte. Ah, já está aqui embaixo. Obrigado.

O SR. MICHEL ELIE HAYEK - Bom dia a todos da Mesa. Bom dia, vereadores, assessores, meus colegas da Secretaria de Saúde de Guarulhos, meus colegas do Conselho Municipal e demais pessoas aqui representando a população. Nós vamos fazer uma apresentação relativa ao primeiro trimestre do ano de 2017. Por quê? O Ministério, ele não disponibilizou a tempo a produção de abril de 2017.

Então, fazendo como foi feito das vezes anteriores, é feito um comparativo do período de 2017 com o período do ano interior. Todos os dados foram extraídos do Ministério da Saúde, do Datasus, através do TabWin. Eles estão acessíveis a todos, não há necessidade de senha, só há uma necessidade de ter um conhecimento prévio de como funciona para você fazer. Na realidade, todos os filtros foram feitos para os mesmos, para os dois tipos de gestão: a gestão municipal e a gestão estadual. E estão da mesma forma que foi feita as apresentações dos anos anteriores, tá?

Em primeiro lugar, vamos falar das internações hospitalares ocorridas no município de Guarulhos no trimestre de 2016 a 17. Na gestão municipal tivemos e essas internações são as internações consideradas de AIH tipo normal e não estão computadas aqui aquelas que são crônicas ou de longa permanência. Então, na gestão municipal tivemos sete mil, 323 internações no primeiro trimestre de 2016 e, em 2017, no mesmo período tivemos um aumento, foi para sete mil, 596. Houve um aumento de 3,73 por cento no número de internações. Na gestão estadual, nós tivemos no primeiro trimestre cinco mil, 328 internações e, em 2017 tivemos cinco mil, 304 internações. Então, verificamos que, no primeiro trimestre de 2016, a gestão municipal foi responsável por quase 58 por cento das internações hospitalares no município de Guarulhos. E, já no trimestre de 2017 tivemos quase 59 por cento. Houve um ligeiro aumento no número de internações por parte do município na gestão municipal. A gestão estadual no município, através dos hospitais, tiveram 42,1% e, em 2017, 41,1%. O próximo, por favor.

Nós temos também indicadores hospitalares, onde a temos aqui no caso, quantas AIHs foram aprovadas, ou melhor, apresentadas, aprovadas e as rejeitadas. Nós só estamos verificando, aqui, os hospitais municipais e municipais conveniados. O que isso quer dizer? Muitas vezes, o paciente é internado e é feito todo o atendimento para ele, toda a parte de tratamento, mas muitas vezes essa AIH é rejeitada por uma série de fatores, inclusive, até por capacidade física operacional. Então, por isso que a gente vê, geralmente, os hospitais públicos muito lotados, muito cheios e os pacientes são atendidos, mas quando vai fazer o processamento por parte do Ministério leva em conta vários itens, inclusive a capacidade, o número de leitos que ele tem habilitados dentro do Ministério. Então, por conta disso, é





glosado. A gente teve... Ao longo desse tempo chegou a determinados hospitais com 25 por cento do que atendia era glosado. Então, o município gastava, fazia o atendimento do paciente, era gasto todo o material, toda a técnica, era feito a cirurgia, só que esse número, nem financeiro nem para saber do que é que foi internado, esse número não aparece no Ministério, porque é glosado.

Então, nós tivemos, as AIHs apresentadas, no HMCA houve até um aumento de 2016 para 2017 no número de internações e também teve um aumento muito grande em termos de AIHs aprovadas. Ele conseguiu diminuir o número de rejeitadas. Então, ele tinha 5,59% de AIHs rejeitadas nesse primeiro trimestre de 2016 e, em 2017 teve 1,62%. O Hospital Pimentas teve um aumento no número de AIHs apresentadas, um aumento também no número de AIHs aprovadas, mas ele teve também um ligeiro aumento do número de AIHs rejeitadas. Então, ele passou de 1,63 para 3,35. O HMU tinha uma média histórica, antes que era da ordem de 25%. Agora, em termos nesse trimestre de 2016 teve 1.669 e em 2017, mil, 675; um ligeiro aumento. Mas ele teve um aumento no número de AIHs aprovadas e ele conseguiu diminuir o número de AIHs rejeitadas. Então, passou de 22% para 12,2%.

Os hospitais conveniados, a gente nota que é muito difícil ter a AIH rejeitada. Ou seja, o pessoal trabalha de uma maneira mais efetiva e consegue rodar melhor o paciente dentro do hospital. Então, nós tivemos um ligeiro aumento no número de internações no JJM, que é maternidade. Teve o número também de AIHs aprovadas aumentado, diminuiu uma AIH, porque ele teve um número, você vê que é um número baixo de AIHs rejeitadas nos dois períodos. Então, passou de AIHs rejeitadas de 0,2% para 0,16%. O Stella Maris tem uma situação onde já há algum tempo está com uma série de dificuldades. Está diminuindo o número de internações, pelo menos nesse quadro e nos quadros anteriores, que a gente viu nos anos anteriores. Houve também uma diminuição no número de AIHs aprovadas, mas também houve uma diminuição de AIHs rejeitadas. Então, passou de 1,31% para 0,11%. E isso, aqui, a gente tem o total das AIHs dentro do município. Então, a gente teve um ligeiro aumento do número de internações em 2016 para 2017. Consequentemente, nós tivemos também um aumento do número de AIHs aprovadas, houve uma diminuição das AIHs rejeitadas. Isso aí é muito bom, porque você está tendo condições de ter uma melhor qualidade a nível de internação e também a nível de você ter dados de diagnósticos, do que a população ou do que está acontecendo com a população dentro dos hospitais. Então, baixou de quase 6% para 3,62% o número de rejeitados. O próximo, por favor.

Esses aqui são indicadores muito importantes em termos de indicadores também hospitalares. E eles são muito usados, principalmente e não só em nível de serviço público como nos serviços privados. Muito importante lembrar que para você ter uma rede de atendimento de saúde, cada unidade, seja unidade básica, as centrais de especialidades e os hospitais têm que ter, dentro da secretaria, e eles têm que ter uma... Qual que





é a missão dele dentro do desenho de Saúde do município. Então, existem hospitais que seriam para urgência ou seria para cirurgias eletivas. Ele tem que ter isso aí muito bem definido e fazer essa atuação dentro do seu perfil. Então, a gente nota que no hospital HMCA, o tempo médio de permanência é contado em dias. Então, ele teve um aumento do número de permanências. Por quê? Porque, muitas vezes, as patologias requerem mais tempo do que outras. Ou você consegue também um melhor atendimento, uma melhor qualidade e consegue também diminuir isso, mas isso aqui é o tempo médio.

Então, ele teve um aumento do tempo médio de 5,9 para 5,24. A taxa de ocupação, geralmente, é em porcentagem. Então, geralmente é 100% a taxa de ocupação. Só que temos uma particularidade em relação às internações que ocorrem na psiquiatria. Então, elas não têm limite de leitos. O sistema permite você internar além do limite de leitos os pacientes de psiquiatria. Por isso que, geralmente, nossos hospitais, a gente vê um número um pouco, pode ser um pouco acima. Por quê? Porque eles fazem internação em psiquiatria. No caso dos hospitais de Guarulhos, só os três municipais: o HMCA, o Pimentas e o Hospital Municipal de Urgência é que possuem essa internação de psiquiatria.

Então, a taxa de ocupação, você vê que os hospitais, geralmente são muito lotados e a gente vê, em termos de taxa de ocupação, vê que, em 2016, estava acima de 100% e, 2017, 83% no HMCA. O Ministério da Saúde considera um índice bom a partir de 80, 85% a taxa da ocupação. O Hospital Pimentas, também diminuiu um pouco o tempo médio de permanência, de 5,94 para 5,62. A taxa de ocupação dele diminuiu um pouquinho, de 98% passou para 81%. O HMU sempre tem uma capacidade, um atendimento muito grande e por isso sempre ultrapassa essa taxa de 100%. E o número de dias também de internação, tempo médio, contado o tempo de psiquiatria aumentou de 4,99 para 5,29. A gente nota nos hospitais conveniados, que há um pouquinho... uma diminuição no tempo médio de permanência. Então, no JJM, praticamente ficou quase que idêntico, 3,9 em 2016 e 3,85 em 2017. E a taxa de ocupação, de 92% para 90%. O Stella Maris com toda a sua dificuldade, ele apresenta um tempo médio de permanência de 1,66% e, agora, está com 2,63%. A taxa de ocupação dele é superbaixa, está 14% e, em 2017, 17%. [Ali, poderia só voltar? Então, por isso que a gente fala, as missões têm que ser bem definidas. Esse quadro do Stella Maris seria mais para um hospital de urgência do que um hospital eletivo. O próximo, por favor.

Aqui, a gente já vai falar sobre a produção ambulatorial por gestão de serviço. Então, nós temos os serviços dentro do município por gestão municipal e por gestão estadual, sendo que temos uma rede própria e temos a rede que é conveniada ou contratada. Aqui, o número, ele é número de procedimentos. Então, nós tivemos, na rede da gestão municipal, três milhões e 33 mil procedimentos em 2016 e, agora, 1º trimestre de 2017, tivemos um número de 3.552.782 procedimentos. Houve um aumento de 17,14%. Na gestão estadual, ela teve 309 mil, 661 procedimentos e passou para 2017 em 294.083 procedimentos. Houve uma ligeira queda na

CONFERE COM O ORIGINAL
Em: 19/06/17



participação do Estado nesse primeiro trimestre de 2017. A gente vê que a parte ambulatorial, 90% o município que realiza e quase 10%, 9,26%, em 2016, o Estado fez a parte nessa produção ambulatorial e, em 2017, o município fez, atingiu 92,4% do atendimento, enquanto que o Estado foi 7,64%.

Aqui, nós temos as ações que foram realizadas por subgrupos de atendimento. Então, temos várias áreas, a gente vê que houve um aumento nas ações de promoção e prevenção da saúde, quase 50%. Nos procedimentos de finalidade diagnóstica houve um aumento de 25%. Isso é do município de Guarulhos. Então, está computado que foram realizados pela gestão municipal e pela gestão estadual. Aí é todo o município.

A partir do grupo três, que é Procedimentos Clínicos vemos que na parte de Consultas e atendimentos tivemos um aumento de 2,79%; a parte de fisioterapia teve uma queda; os tratamentos clínicos de especialidades tiveram um aumento de 15%. O tratamento de nefro houve uma ligeira redução de menos 3%: hemoterapia, tratamentos odontológicos, terapias especializadas. Mas, em um todo, teve um aumento geral de 2,30%. Esse aqui são procedimentos cirúrgicos, mas são procedimentos cirúrgicos nos ambulatorios, em unidades ambulatoriais, não são em unidades hospitalares. Então, nós tivemos uma ligeira queda, principalmente nessas pequenas cirurgias, cirurgias de pele, tecido, tal, que tenham atendimento, tanto em unidades de urgência, pronto-atendimentos, tudo, em unidades básicas também. Houve uma ligeira queda, provavelmente também porque, talvez, houve até um desabastecimento em algumas unidades.

No geral, teve uma queda de procedimentos cirúrgicos da ordem de 11%. As Órteses e Próteses e Materiais Especiais. Essas órteses e próteses são a nível ambulatorial e ela tem, assim, aquele componente que seria da odontologia. Então, são aquelas próteses que são realizadas pela odontologia e tem também aqueles procedimentos, OPMs, que a gente fala que é para os pacientes de hemodiálise, que seriam aqueles cateteres. Então, houve um aumento nesse período de 2016 para 2017 de 17,50%.

Em relação ao Item nº 8, que é ações Complementares da Atenção à Saúde, Autorização e Regulação, isso se refere às autorizações que a gente fala que é TFD. Ou seja, é o tratamento fora do domicílio de Guarulhos. Então, muitos pacientes fizeram cirurgias há tempos, não é, fazem cirurgias em outros municípios, porque a cidade não tinha o recurso e eles continuam fazendo o acompanhamento. Então, a tendência desse número, de acordo com o que o município vai tendo novos serviços e vai complementando as ações de Saúde, a tendência desse número é sempre diminuir, porque aí não precisa o paciente se deslocar até outros municípios para fazer o atendimento, sendo que o município, agora, está conseguindo, ao longo do tempo está conseguindo sanar a dificuldade de não ter esse atendimento anteriormente.

CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 19 / 06 / 17



Aqui, a parte 6, que é Medicamentos. Esse aqui é o componente da Atenção, da Farmácia de Alto Custo também é do Estado e esse procedimento é um número muito grande e a gente tem que colocar uma observação nele. Por quê? Porque isso aqui corresponde à quantidade unitária de cada medicamento fornecido. Então, para cada comprimido, cada frasquinho é contado um procedimento. Então, nós temos um milhão e quase trezentos mil, em 2016, e no primeiro trimestre de 2017, um milhão, 395. Houve um aumento de 7,36%.

Aqui, nós já temos um atendimento mais especializado que seria Atenção Psicossocial. Então, o município, ele possui sete CAPS, que são para os atendimentos para pacientes que tenham... Por CAPS mesmo. Então, nós temos sete CAPS. Nós temos dois que ainda estão no Ministério da Saúde para serem habilitados. Isso aí já vai ter quase um ano que está lá parado por falta, talvez, de verba do Ministério não habilitou ainda. Então, nós temos um número sempre crescente. Então, está de 42 mil procedimentos em 2016 e atingiu 60 mil procedimentos em 2017, houve um crescimento. E a gente vê que esses dados em relação aos procedimentos executados, a gente nota que a maior parte foi em número de atendimentos, de consultas e o atendimento ao paciente ou aos familiares. Então, também aqueles atendimentos que são individualizados e também em grupos. Então, esse número subiu de 41 mil, 235 para 57 mil, 503. Houve um aumento de 39,45%. Isso é importante porque, muitas vezes você tendo o paciente bem acompanhado dentro dessas unidades especializadas, controlado, você evita internações desnecessárias e, geralmente, as internações de psiquiatria são internações em que o paciente fica muito tempo internado. Então, ele fica por um mês, dois meses, fica ocupando o leito que poderia ser utilizado dentro da sua finalidade, por exemplo, de urgência e poderia estar atendendo mais pacientes. Então, houve isso aí em relação aos CAPS.

Aqui, foi colocado, aqui é o número de consultas médicas. Quais são as consultas que foram realizadas em nível de gestão estadual e municipal. Aqui, no caso é o número de consultas. Então, é por pacientes e realizadas por médicos. Na gestão municipal, na parte da urgência e emergência tivemos, em 2016, 327 mil, 353 atendimentos médicos e, em 2017 tivemos 312 mil e 23 pacientes atendidos. Houve uma redução de menos 4,68%. Na Atenção Especializada, que são todas aquelas consultas que são atendidas nas especialidades tivemos 75 mil, 210 atendimentos. Em 2017, tivemos 78 mil, 521 atendimentos. Houve um aumento de 4,4%. No atendimento básico, que são aquelas consultas das unidades básicas, saúde da família, tudo, tivemos 146 mil, 551 atendimentos médicos e, em 2017 tivemos 162 mil, 261 atendimentos. Houve um aumento, uma variação de 10,72%. Na gestão estadual, na parte de urgência e emergência houve um crescimento de... passou de 33.630 atendimentos para 37.517. Um aumento de 11%. Nas especializadas também houve, gerou aumento de 34 mil, 232 para 35 mil e seis. Um aumento de 26%. A gente vê que na parte das consultas, o município fica com um total de 89% das consultas médicas e o

CONFERE COM ORIGINAL
Em. 19 / 06 / 17



Estado, em 2016, atingiu 11%. Em 2017, houve essa variação, foi 88,4% para o município e 11,06% o Estado.

Aqui, já outro atendimento da parte odontológica. Então aqui, nós temos dentro do município de Guarulhos quais são as especialidades? Lógico, nós temos desde o clínico geral até todas as outras especialidades, inclusive para atendimento para pacientes especiais, bucomaxilo, tem da saúde da estratégia da família. Então, nós vemos que no geral houve um aumento de 11,6%. Você vê que da estratégia da família houve um grande aumento. Na parte de também da endodontia também teve um ligeiro aumento. Isso aí já são atendimentos nas especialidades, nas centrais odontológicas. O próximo, por favor.

E aqui, aqui já seria todo da odontologia e dentro das centrais odontológicas. A gente vê que houve um aumento no tratamento odontológico, nas ações coletivas, porque a gente também tem que dar muita ênfase não só na parte curativa, mas na parte preventiva também. E na parte de cirurgia orofacial, que é a bucomaxilo, também houve um ligeiro aumento.

Aqui, seria em relação ao atendimento do SAMU. Aqui, esse quadro é montado de acordo uma portaria do Ministério da Saúde que utiliza esses procedimentos como parâmetros para ver o grau de atingimento de metas do SAMU. Então, tem um total de atendimentos e tem os procedimentos individualizados. Então, a gente vê que houve uma variação de procedimentos de 2016 para 2017. A maior variação foi no atendimento ao número de chamadas, mas você vê também que houve algumas quedas em relação ao atendimento pré-hospitalar, de suporte básico, um pouquinho também terrestre. Bom, no geral ficou 28% acima da variação entre um trimestre de 2016 a 2017.

Aqui, seria outra parte dentro do nosso departamento, que ele fala sobre as atividades de auditoria. Auditoria... É muito importante você ter auditoria, porque é como se fosse um *feedback* da toda a Secretaria da Saúde porque, através de uma queixa ou alguma reclamação, pode ser até de paciente ou de serviços ou até do próprio Ministério, que ele, muitas vezes, questiona alguma coisa faz a parte da auditoria para verificar a validade disso. Muitas vezes, há a impugnação daquela AIH internação e há o ressarcimento do dinheiro que foi pago ao prestador, retorna ao Fundo Municipal de Saúde. Então, aqui, a gente teve alguns tipos de auditorias realizadas nesse quadrimestre, onde foram feitas auditorias, por exemplo, de prontuários e entrevistas com pacientes de determinado hospital, da parte de UTI e essa aqui ainda está em andamento. Teve prontuários que, bom, estão em análise de Apac, porque muitas vezes, pacientes de clínicas especializadas, por exemplo, de hemodiálise. Se os prestadores, tanto os municipais ou os conveniados não fizerem o preenchimento correto do que foi realizado no paciente, a informação chega errada. Então, no caso aqui houve uma informação incorreta, onde falou que o paciente de hemodiálise, ele concluiu a hemodiálise e foi para transplante e, na realidade, não aconteceu. Então, por

CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 19 / 06 / 17



conta de um erro do prestador, se a gente não conseguir regularizar o paciente não consegue o tratamento. Teve também análise de prontuários com o hospital, onde houve a confirmação de que, talvez, o paciente não realizou o procedimento que foi informado ou, muitas vezes, foi realizado um procedimento que o SUS considera estético e não funcional. Então, há uma impugnação do documento oficial e há uma solicitação de ressarcimento desse valor para o Fundo Municipal.

A averiguação de denúncias também, muitas vezes houve faturamento indevido e teve a clínica que teve que fazer ressarcimento de 16 pacientes que não constavam na relação inicial que o município passou para fazer o atendimento. Você faz auditorias também que tem alguns tipos, que chama analítica ou operativa, onde você pega e confere, vai fazer uma avaliação de todos os prontuários de determinados pacientes e que houve até o bloqueio e, depois, se estiver de acordo, há a liberação. Senão, ele fica bloqueado dentro de um prazo para o prestador justificar tanto o prontuário ou, se não está anotado, fazer as devidas anotações.

Aqui, entrou, então, em relação às consultas médicas de atenção especializadas aqui no município da gestão municipal, quando que foi a avaliação. Acho que deve ter mais um, aqui, a continuação, tem mais um, não é? Houve uma ligeira variação de 75 mil, 210 consultas médicas na Atenção Especializada em 2016 e passou para 78mil, 521 em 2017, relativo ao primeiro trimestre. Houve um aumento de 4,40%. O próximo.

Na Atenção Básica à gestão municipal, a gente nota que houve um aumento, passou de 145... 146 mil, 551 consultas médicas na Atenção Básica passaram para 162 mil, 261 consultas em 2017, com número de 10,72%. Aqui, a gente observa que houve um aumento no número da Estratégia de Saúde da Família da ordem de 22%. Aumentou 14 mil atendimentos, consultas na Estratégia da Saúde da Família. O próximo.

Aqui, é da Vigilância. Dra. Carol, por favor.

A SRA. MARIA CAROLINA MORENO - Bom dia. Eu sou a Dra. Maria Carolina Moreno, eu sou a diretora de Planejamento e Regulação e eu vou representar, hoje, a Dra. Lúcia Albanez, que é diretora da Vigilância, que está afastada por motivos médicos.

Então, só para apresentar a produtividade das ações de Vigilância em Saúde desse primeiro trimestre.

Então, do Controle de Zoonoses, a gente conseguiu um aumento, uma variação de 46 procedimentos em relação ao primeiro quadrimestre de 2016, aumentando 46 procedimentos e no total de animais recolhidos, resgatados, um aumento importante de 180 animais, sem a ampliação de quadro, sem ampliação de nenhum recurso.

A vigilância epidemiológica, a gente teve uma diminuição no número de notificações de Dengue e de Chikungunya, mas, aí, tem a ver com o momento em que estamos e uma epidemia menos, um número menor de

Em: 19/06/17
CÓPIA ORIGINAL



incidência de, tanto da Dengue quanto de Chikungunya esse ano no município.

E, em relação à Vigilância Sanitária, a gente teve um aumento da análise de plantas para a aprovação do LTA de 51 no primeiro quadrimestre de 2016 para 70 no primeiro quadrimestre de 2017, 19 procedimentos a mais; um número maior de inspeções de estabelecimentos de interesse à saúde, de 594 para 697, 103 a mais; e um número de inspeções em estabelecimentos de produtos, que aumentou no primeiro, em 144 estabelecimentos, que foram de 1.979 para 2.123. É importante ressaltar que essa produtividade aumentou só com a reorganização dos serviços. Acho que é isso. Obrigada.

A SRA. SANDRA MARTINES LOPES – Bom dia a todos. Eu vou apresentar a parte de obras.

Esse quadro, aqui, fala da requalificação de 34 UBSs, sendo que, hoje, a gente já apresentou concluída 15, restando para nós 19 a executar, que elas estão em escalas de execução de 1% a cerca de 80%. Nós estamos fazendo uma retomada de ações para começar a retomar essas obras. Então, estão sendo feitas algumas avaliações para dar início e retomada de algumas delas. O Hospital Municipal de Urgência teve sua obra iniciada em agosto de 16, feita a fiscalização e gerenciamento pela Secretaria de Obras, ela está paralisada por uma questão de reformulação dos fluxos de atendimento. Não, não é, tem mais algumas. E, depois, nós temos a UBS Parque Primavera, é uma obra executada pela Proguaru e ela está 100% concluída, foi inaugurada agora em fevereiro de 2017, uma obra de mais ou menos cerca de mil metros quadrados.

Temos a UPA Cumbica, que ela está praticamente pronta, mas nós temos alguns problemas de entrada de energia, que estamos resolvendo agora e ela sofreu muito vandalismo. Então, nós temos que dar uma reavaliada para poder colocar ela para inaugurar e em uso. A UPA Paulista, que também é uma obra que foi feita pela Proguaru está 100% concluída, nós estamos só fazendo algumas ações complementares para a entrega dessa unidade nos próximos dias. Temos o CER, Centro Especializado de Reabilitação Física e Intelectual de Guarulhos, que nós inauguramos agora no último dia 15, ele já foi habilitado pelo Ministério da Saúde, fizemos algumas readequações, reparos, algumas modelações na estrutura física e, com isso, ele está recebendo um custeio de serviços pelo Ministério de mais ou menos 140 mil para manter. Fizemos também... Pode passar. O Campd, que é o Centro Atendimento Multiprofissional à Pessoa com Deficiência, nós fizemos readaptação do prédio com algumas reformas, atendimento, rampas de acesso para deficientes. É isso. Acho que, nesse quadrimestre, foram essas obras que nós concluímos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Sr. Secretário, desculpa, antes de voltar a palavra para o senhor, só gostaria de consignar a presença da vereadora Genilda e chamar para compor a Mesa o





Dr. Eduardo Carneiro. O doutor abre mão. Vereador Moreira, se quiser compor a Mesa, por favor, membro dessa Comissão de Saúde, por favor. Secretário, eu gostaria de complementar alguma coisa? Está com a palavra novamente, por favor.

O SR. JOSÉ SÉRGIO IGLESIAS FILHO - Bom, eu acho que a apresentação um pouco, às vezes, detalhista demais para aqueles que possam ter alguma dificuldade em relação às afirmações, aos detalhes técnicos, mas peço desculpas àqueles que não são familiarizados, mas esse é um praxe da área da Saúde e coloco à disposição dos esclarecimentos que se fizerem necessários.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Obrigado, secretário.

Dando início essa audiência, gostaria de abrir a palavra, primeiro, para os membros de Mesa. Vereador Moreira, gostaria de usar a palavra? Se o senhor quiser, fazer no microfone. Veja se está funcionando, por favor, esse microfone.

O SR. MOREIRA - Bom dia. Eu só gostaria mesmo de cumprimentar a todos os presentes, porque já acompanho a Comissão de Saúde e encho muito o saco já dos secretários e diretores da saúde. Portanto, é um prazer em tê-los aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Obrigado, vereador. Dra. Graciane, gostaria de usar a palavra?

A SRA. GRACIANE DIAS FIGUEIREDO MECHEAS - Bom dia a todos. É a segunda vez que eu estou aqui, o Sérgio é a primeira. Eu estive na primeira prestação, para mim é sempre uma novidade, mas eu acho que a gente está evoluindo em um aprendizado aqui, a secretaria. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Obrigado, doutora. Sr. Antônio Luiz do Vale, presidente do Conselho Municipal de Saúde, por favor, com a palavra. Eu gostaria de deixar claro que as perguntas que serão feitas serão pertinentes apenas a essa prestação de contas. Com a palavra.

O SR. ANTÔNIO LUIZ DO VALE - O cronômetro deles continua não funcionando, hein? Bom, mais uma vez, bom dia a todos. Quero cumprimentar, em nome da Mesa, o nosso secretário Dr. Sérgio Iglesias, a secretária adjunta, Dra. Glaciane, acho que agora acertei o nome.

A SRA. GRACIANE DIAS FIGUEIREDO MECHEAS - Errou.

O SR. ANTÔNIO LUIZ DO VALE - Errei de novo? Um dia, eu aprendo. Vamos decorar. E os demais da Mesa, o presidente e todos os que aqui compareceram. O pessoal do HMU, em nome do Dr. Gustavo, todos aqui e também cumprimentar o ex-secretário da Saúde Dr. Derman e todos os





vereadores que estão aqui e também cumprimentar os membros do Conselho Municipal de Saúde, o Sr. Luiz e o Sr. Maurílio. Mais um, né? E a Rosália.

Bom, eu queria, como o presidente da Mesa já pediu, não vou falar da produção, até porque a produção só apresenta o primeiro trimestre e o Conselho solicitou apresentação no Conselho no quadrimestre total, que seria até abril. Mas eu vou falar da parte financeira. Eu gostaria de aproveitar aqui a presença, que é muito, tipo assim, é mais fácil você encontrar cabeça de bacalhau que encontrar dois secretários juntos, o ex-secretário da Saúde, Dr. Derman e o nosso secretário hoje Dr. Sérgio Iglesias, um esclarecimento, porque o conselho municipal vem em um dilema. Discutiram muito com a nova gestão sobre uma série de problemas e sempre é nos passado, até por documento, que sempre: "Olha, tem uma dívida da gestão passada". E eu gostaria que fosse esclarecido hoje, se possível, inclusive pelo Dr. Derman e o próprio secretário, tenho aqui um relatório de uma dívida financeira que começou em 2006 no Hospital Pimentas, que é SPDM, secretário Derman, que foi nos enviado depois de tantos pedidos e ofícios, no apagar das luzes, em 28 de dezembro de 2016. Dívida essa que hoje já está em 14 milhões e que começou em 2006. Está aqui o relatório que foi apresentado para o conselho pelo diretor do referido hospital, que é os Pimentas. Segundo ele já está em 14 milhões.

Outro que eu tenho aqui, outro relatório referente a dívidas de fornecedores, prestadores de serviços e por aí vai, é uma série de empresas num total de 334 empresas, entre fornecedores, que eu acabei citar, e prestadores de serviços. Entre elas, tem aqui fornecedor de medicamento, a própria Proguaru e por aí vai. Dá um total de 334 empresas com dívida de 2016, e um total de 61 milhões 335. Outra que eu gostaria de esclarecer, que até hoje não esclareceram, é uma transferência de 54 milhões, 972, que o ex-secretário sabe muito bem o que é e que devolveram para o lpref. Nós não entendemos até hoje o que é isso. Lá diz o seguinte, que esse dinheiro veio do lpref para sanar dívida da Secretaria de Saúde e agora está tendo que devolver. É um absurdo, porque, hoje, nós temos um problema sério, inclusive falta de medicamento e nós estamos devolvendo um dinheiro que até hoje não foi explicado. Eu tenho um documento aqui, eu diria que não é explicável. É inexplicável o que acontece.

Então eu somei tudo isso aqui e dá um total de 132 milhões. Para ter ideia, esses 132 milhões aplicados em cima dos 404 milhões, que é orçamento para os salários dos funcionários da Secretaria de Saúde, isso daria em torno de 32%. Ou seja, quatro meses de salário dos funcionários da Saúde. E em cima do porcentual orçamentário 2017, que é 883 milhões, se não me falha a memória, daria 15%. Então, só para eu saber o seguinte, onde que está o orçamento que foi adotado para 2017? E me parece que não foi reservado esse dinheiro para toda essa dívida.

Eu só queria outra coisa aqui, ex-secretário, em uma entrevista que o senhor deu, em 2014, na Folha Metropolitana...





O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Conclua, por favor.

O SR. ANTONIO LUIZ DO VALLE - Já vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Por favor, o seu tempo também já está encerrado, mas conclua, por favor.

O SR. ANTONIO LUIZ DO VALLE - Vou concluir. Aonde o senhor dizia que nós vamos receber 80 milhões de dólares para a Saúde, que talvez em 2016. Eu só vou ler rapidinho aqui. Eu gostaria que vocês...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Conclua, por favor.

O SR. ANTONIO LUIZ DO VALLE - Vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Sr. Antônio, o senhor está fugindo do tema. O senhor tem que fazer os questionamentos para o atual secretário. Agora, se o senhor quiser cobrar alguma coisa do ex-secretário, o senhor pode chamá-lo no Conselho Municipal de Saúde em uma reunião lá com ele, por favor.

O SR. ANTONIO LUIZ DO VALLE - Não, ok. Eu sei. Eu só estou aproveitando porque ele já está aqui, ele deve fazer uso dessa...

- Manifestações em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - E, na verdade, o senhor me pediu dois minutos a mais. Conclua, por favor, Sr. Antônio.

O SR. ANTONIO LUIZ DO VALLE - Tá bom. Obrigado pelo manifesto de vocês. Sinal que vocês ouviram. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Obrigado, Sr. Antônio.

O SR. ANTONIO LUIZ DO VALLE - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Eu vou fazer um bloco de perguntas primeiro, os colegas também vão fazer uma pergunta e o secretário responde por bloco.

Vereador Dr. Eduardo Carneiro, o senhor gostaria de usar a palavra? Por favor, cinco minutos.

O SR. DR. EDUARDO CARNEIRO - Bom dia. Na pessoa do Sr. Presidente, Alexandre Dentista, cumprimento todos da Mesa, os colegas vereadores e o público presente.

Bom, eu vou me ater ao tema, à pauta do dia. E, obviamente, não tem como fugir da parte financeira, Sr. Secretário Iglesias. Eu tenho aqui quatro perguntas para o senhor. A primeira é que nós sabemos que o Hospital Municipal de Urgência não tem um alvará sanitário. E isso já vem





de certo tempo. Eu gostaria que o senhor respondesse se isso influencia financeiramente no seu orçamento e gostaria que o senhor descrevesse em quê. No que se refere à parte de várias solicitações, via judicial, gostaria de saber da secretaria, Dr. Iglesias, o que está sendo feito para tentar amenizar ou até de se conversar com o Judiciário, visto que isto é um valor realmente significativo por demanda judicial?

A outra pergunta é, nesta Casa estamos tendo uma Comissão Especial de Inquérito para rever a situação do contrato da Fundação ABC com a Prefeitura e com a Secretaria da Saúde e, na última reunião, foi falado a respeito de uma dívida que a Fundação ABC tem com a Prefeitura em torno de 512 mil reais aproximadamente. Essa dívida, para aqueles que não sabem é a respeito de glosas efetuadas, se eu não me engano ano passado, por metas não alcançadas e este valor ainda não foi ressarcido à Secretaria Municipal de Saúde. Eu gostaria de saber do secretário se está sendo feita alguma coisa neste aspecto? É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Vereador Rômulo Ornelas.

O SR. PROFESSOR RÔMULO ORNELAS - Boa tarde a todos, a todas, público presente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Já?

O SR. PROFESSOR RÔMULO ORNELAS - Boa tarde à Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Já?

O SR. PROFESSOR RÔMULO ORNELAS - Desculpa, bom dia, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Bom dia.

O SR. PROFESSOR RÔMULO ORNELAS - Estou acostumado à tarde aqui na sessão.

Bom dia, vereador Alexandre Dentista, no qual cumprimento toda a Mesa. Eu queria fazer uns questionamentos para o secretário em relação à questão dos profissionais médicos nas unidades básicas de saúde. A população vem reclamando para a gente, para os vereadores, a gente que fica na base todo dia, que houve uma diminuição da quantidade de médicos nas UBSs. Eu tenho ido às UBSs, ouvido até os gerentes, a população e os pacientes que lá estão, e isso realmente acontece. Até mesmo comigo, que eu sou usuário de UBS, frequento lá e eu mesmo tenho uma baita dificuldade de marcar um médico lá que não tem. Eu queria perguntar se houve, realmente, essa redução e o por que houve essa redução?

Outra pergunta é sobre o que mostrou aí nos números na apresentação de que houve um aumento de atendimento dentário, atendimento odontológico aqui na cidade neste início de ano. Eu detectei que



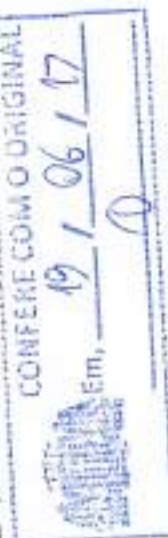


houve o fim da única unidade odontológica aqui na cidade, que era o NÃO, lá no Marcos Freire, e houve uma redução. Acabou o UNAO, tinham seis dentistas e dos seis viraram dois. Quer dizer, pressupõe que houve uma redução, não um aumento. Pelo menos, pontualmente, naquele local lá, não é? Houve, realmente... Eu já tinha debatido isso aqui nas sessões da Câmara e tenho questionado. Eu tentei marcar... Secretário, eu tentei marcar com o senhor lá na Secretaria de Saúde, a minha ida lá, mas eu não tive sucesso. Sempre se diz que a sua agenda está ocupada. Eu tentei, algumas vezes, a secretária me retornava desmarcando. Então, eu estou questionando aqui, porque eu não consegui ir lá falar na secretaria com o senhor. Eu acho que, inclusive, eu faço um parêntese aqui, para dizer que eu acho que os secretários têm de estar acessível não só para os vereadores, mas para a população em geral, para todo mundo chegar lá e conversar com o secretário e apresentar suas angústias, suas reivindicações, etc.

Eu também abro outro parêntese aqui, a gestão anterior era muito acessível. A gente tinha essa acessibilidade na gestão anterior, essa facilidade de falar. Eu pouco questionava aqui na tribuna da Câmara, porque eu ia lá e falava com o secretário direto e gostaria de falar isso também. Eu gostaria de chegar lá e falar com o secretário, ouvir do secretário, ouvir das secretarias em geral. Se você escuta das secretarias o que está acontecendo, orienta a gente, a gente fala menos aqui. A gente seria menos crítico. Às vezes, o pessoal fala que sou muito oposição aqui, mas eu só falo muito porque não tem com quem ir lá e falar, não é? Eu estou me referindo especificamente à Secretaria de Saúde que eu estou tendo dificuldade de marcar agenda lá com o secretário.

E, por fim, o último questionamento é a falta de insumos neste início de ano. Por mais que a gente fale: "Ah, gestão anterior". A população, nós que estamos na rua, a população não quer saber de gestão anterior, de dívida anterior, a população quer saber se vai resolver o problema. Estão faltando quase tudo em questão de remédio, insumos em geral. Vou dar um exemplo clássico, é a questão das fraldas geriátricas. A gestão anterior distribuía para a população e acabou. Eu estou dando o exemplo de fralda geriátrica, mas é tudo. Então houve... Eu não sei se a secretaria vai parar de comprar, vai deixar de entregar isso à população ou é uma coisa pontual, é só uma crise de momento? No Hospital Pimentas mesmo não tem esparadrapo, não tem gaze, não tem nadal. Eu estou falando isso, porque lógico, eu não vi diretamente, a população que me retrata isso aí. Eu moro, inclusive, próximo ao Hospital Pimentas e sempre eu estou sendo chamado lá para ver e a população me mostra o que está acontecendo lá.

Então, eu fiz esses três questionamentos e volto a referendar aqui, agora que o Eduardo está aqui no Plenário, a gente fala bastante aqui nas sessões da Câmara da questão da saúde, repetindo, porque às vezes você não tem com quem falar na Secretaria de Saúde. Você fica sem informação. Aí você tem que falar e mostrar para a população que estou cobrando, porque a população cobra muito a gente, de nós, vereadores





na base. Os vereadores, aqui na Câmara, tem uma característica, tem aqueles vereadores mais aqui do plenário e tem aqueles vereadores mais da base. Eu sou da base. Estou todo dia na base. Então, a população me cobra. Então, meu questionamento, basicamente, é esse. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Obrigado, vereador. O secretário acha melhor já responder esse bloco.

Com a palavra, por favor, secretário.

O SR. JOSÉ SÉRGIO IGLESIAS FILHO - Bom, vamos do fim para o começo, até porque está mais recente a colocação do vereador Rômulo e eu acho que está na cabeça de todos, as perguntas estão muito frescas e fica muito mais fácil. Depois, a gente vai voltando sem nenhum problema.

Vereador, primeiro deixa eu lhe dizer algumas considerações a respeito da minha pessoa. Eu não o conhecia, me apresentei hoje, é um prazer. Eu não sou um político partidário. Se o senhor me perguntar quais são os vereadores da base, talvez eu tenha dificuldade em dizer, da base do governo. Se o senhor me perguntar aqueles que marcadamente são oposição, a gente vê na mídia, e assim por diante. Então, aqui não está um secretário político, partidário, aqui está um secretário técnico. Fui chamado para esta missão, acho que por uma possível competência avaliada. Tenho 33 anos de prefeitura, sou um guarulhense nato. Adoro a minha cidade. Encarei isso como um compromisso e hoje se tornou além de compromisso com a minha cidade, um grande desafio. Então, saiba que eu não meço as pessoas que me procuram pelo partido de origem. Inclusive, o senhor mesmo tinha uma reunião sexta-feira agora na Secretaria da Saúde, se o senhor me permite, não vejo como uma falta ética, o senhor teve que desmarcar por uma consulta médica e remarcou. Isso foi o que a nossa assessoria nos disse. Espera aí. Só um minutinho. Por favor. Desculpe. E o senhor está remarcado. Outra coisa, não é para o senhor que eu vou dizer, é para todos, se eu não consigo nem mesmo fazer distinção política partidária não teria porque não recebê-lo. Tem vereadores aqui que eu nunca recebi lá no gabinete e não se esqueça de que só estou há três semanas. Eu acho que é muito cedo para me dar essa característica de pessoa que recebo ou não recebo outro. Muito pelo contrário, uma coisa que fizemos na Secretaria de Saúde foi tirar divisórias, foi deixar o espaço aberto, transparente. Ali não é meu. Eu não tenho sala do secretário. Ali é da população. Ali é da comunidade. Ali é dos vereadores. Ali é de todos, de forma igual. Então, vamos só tirar esse desconforto. E se o senhor foi lá e não conseguiu lhe peço desculpas, terei imenso prazer em recebê-lo, como qualquer pessoa, para discutir política de saúde, para discutir assuntos de interesse da cidade. E peço a todos e já falei isso publicamente, até para os vereadores da base, que não levem questões de caráter pessoal ou individual, porque isso descaracteriza o meu compromisso com qualquer pessoa desta cidade. Eu não estou aqui para passar ninguém na frente de ninguém, para





furar fila de quem está esperando, exames, etc. e tal e tal. Então, se houve esse desconforto, eu lhe peço desculpas. Não tenho nenhum problema em relação a isso.

Bom, com relação à falta de médico na unidade básica de saúde que o senhor se referiu, houve um grande remanejamento. Isso desde que o Dr. Roberto Lago estava secretário, foi feita uma avaliação da distribuição dos profissionais na cidade. Existe um compromisso do prefeito Guti em otimizar a lotação de profissionais médicos na cidade, em especial, nas unidades básicas de saúde. Mas, em um primeiro momento, foi feito um grande mapeamento, uma boa avaliação e uma redistribuição de profissionais. E digo assim, avaliando a cidade como um todo, algum local possa ter um pouco desprotegido nesse momento, os números mostrarão. Mas o que os números estão mostrando nesse primeiro trimestre e sugerem é que nós estamos acertando, porque quando a gente vê os indicadores da atenção básica mostrando um número tão expressivo em termos de atendimento, isso sugere, porque é muito cedo, nós estamos só com três, quatro meses de governo, é muito cedo para que precipitadamente a gente, de uma forma às vezes entusiasmada, diga que os números já estão consolidados e que daqui para frente será este um grande rumo. Não.

Nós estamos, de fato, fazendo um ótimo diagnóstico. Nós temos um bom norte, nós temos um planejamento estratégico, que está à disposição do senhor também, já apresentamos para o prefeito, o que norteia as nossas ações nos próximos anos até e eu acredito que estamos sim, chegando lá, porque, quando nós temos, por exemplo, para que o senhor veja, vereador. Olha, eu vou pegar um número interessante para o senhor aqui, olha. Procedimentos clínicos. Uma apresentação que foi feita aqui, recentemente, pelo Dr. Roberto Lago mostrava que de 2015 para 2016 houve uma redução de 11,66%. Nós já estamos com superávit de 2,79%. Em consultas na Atenção Básica, olha isso, de 15 para 16. Isso já foi apresentado, já foi contestado, discutido. Então, isso já é um número consolidado. Mas de 15 para 16, nós tivemos uma queda de menos 28,78%. Este ano, nós estamos com um superávit, comparado com o trimestre de 2016, de 10,7%. E dentistas, menos 17%, contra 2%. Dentista de estratégia de Saúde da Família, nós tínhamos, estamos vindo de 15 para 16 com menos 52%, nós estamos com mais 47% de um trimestre em relação a outro. E só para finalizar, em estratégia de Saúde da Família, de 15 para 16 menos 34%, nós estamos com mais 22%. Esses números não são nossos. Esses números são do Ministério da Saúde, do SIASUS, são números oficiais, não são números produzidos na Secretaria da Saúde. Eles são produzidos na Atenção Básica. Eles são produzidos no atendimento que está acontecendo. Agora, se uma unidade ou uma região está um pouco desprotegida, eu acho esse um excelente caminho para o vereador, que às vezes representa uma determinada região, vá lá, converse conosco, leve a reivindicação da sua região e teremos enorme prazer em ouvir e atender.

CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 19 / 06 / 17



Bom, Dra. Graciane quer falar alguma coisa sobre a questão da odontologia?

A SRA. GRACIANE DIAS FIGUEIREDO MECHEAS -
Vereador Rômulo, com relação ao NÃO é uma questão que foi levantada em alguns momentos. A única alteração com relação àquela unidade foi a retirada da gerência. Ela continua funcionando exatamente como funcionava, só que agora a gestão dela é do gerente da UBS Marcos Freire. A unidade só tem três cadeiras odontológicas e tinha uma gerência para aquela unidade com três cadeiras, como a UBS Marcos Freire é anexa a essa UNAO, a Dra. Ana, no seu remanejamento também de cargos e de gerências, a gerência que era da UNAO só específica, saiu da gerência e a unidade funciona do mesmo jeito. Não teve nenhuma alteração. Continua com as três cadeiras odontológicas, sim. Tanto que teve um aumento também do atendimento odontológico citado pelo senhor.

A gente teve doação de cadeira odontológica, algumas que estavam em manutenção já estão em funcionamento e a gente ainda vai ganhar mais nove cadeiras. Então a gente está focando bem na questão odontológica. Eu fiz questão de responder, porque essa foi uma questão levantada em alguns momentos e a única alteração, que foi alteração da gerência.

O SR. JOSÉ SÉRGIO IGLESIAS FILHO - Bom, só para finalizar os seus questionamentos. Essa questão da falta de insumos é assim, não é meu papel, não me sinto confortável em vir aqui fazer um debate de caráter financeiro do que houve no final de 2016 e do que está acontecendo em 2017. A realidade dos números é presente, está lá na Secretaria de Finanças, está dentro do Departamento Financeiro da Secretaria de Saúde, é pública, os números são públicos. Existe, de fato. Ninguém contesta que houve uma suspensão dos empenhos. Ninguém contesta que tivemos e ainda temos inúmeros fornecedores com dívidas. O que levou a gestão anterior a ter essas dificuldades, os fatos que em 2016, 15, 14, sei lá eu, resultou nisso tudo, não seria justo da minha parte e eu não me sinto a pessoa mais qualificada para fazer uma discussão de caráter financeiro do que gerou toda essa dívida. Para isso, existem os técnicos de finanças, para isso existe a Procuradoria, para isso existe a Controladoria e esse é um debate que, tecnicamente, eu não me julgo habilitado. Agora que existe, existe, porque tudo que a gente foi comprar, nós esbarramos em credores que apresentaram dívidas que são incontestáveis e isso é inegável. Agora, a gente busca mecanismos legais, mecanismos corretos para que a gente faça esses ajustes e para que a gente possa reabastecer toda a comunidade da área de saúde.

Não existe, da nossa parte, a questão que o senhor colocou: "Ah, não vou mais comprar fraldas". Não, vereador. A nossa administração é extremamente responsável, todos os itens que forem necessários nós estaremos buscando recursos para comprar. As dificuldades são inquestionáveis, inegáveis e nos sensibiliza muito essa desassistência de





insumos e medicamentos. Eu sou médico. Eu sei, meu caro, o que é você estar em uma determinada instituição e você ouve: "Não tenho isso. Falta aquilo, falta isso". Mas, ao mesmo tempo, alguém responsável com uma equipe competente tinha que assumir esse processo. Ou, simplesmente, nós que temos esse compromisso com a cidade e conosco mesmo vamos virar as costas, pedir demissão e deixar a coisa ir por um caminho talvez até muito pior. Então, acredite na nossa atitude responsável. Acredite na dedicação da nossa equipe. Não vamos acertar em 100%. A realidade da dificuldade econômica e financeira está lá para quem queira ver. E, se Deus quiser, e já estamos, não é, Nelson? Conseguindo negociar com muitos fornecedores, reabastecendo aos poucos.

E assim, pedir que a população tenha um pouco de paciência e tolerância, me dói um pouco solicitar isso para quem está necessitando, mas que nós vamos buscar todos os recursos alternativos para que a população sofra o mínimo possível, o senhor não tenha dúvidas que essa decência moral e ética todos nós temos.

Bom, com relação às perguntas do Hospital Pimentas...

A SRA. GRACIANE DIAS FIGUEIREDO MECHENAS - Só esclarecendo, no Hospital Pimentas, a compra de insumos é de responsabilidade da própria unidade e não é responsabilidade da Prefeitura. Todos os insumos do Hospital Pimentas são comprados pela própria Fundação que está gerindo lá. Não é responsabilidade do município, não da Secretaria da Saúde em abastecer o Hospital Pimentas.

A gente já falou isso várias vezes no Conselho Municipal, inclusive, a dona Rosália está aqui presente, ela é representante ferrenha daquela região, e a compra de insumos é da SPDM. Eles passaram por algumas questões, agora estão no rearranjo, mas é a SPDM responsável pelas compras.

O SR. JOSÉ SÉRGIO IGLESIAS FILHO - Bom, vereador Carneiro, com relação às questões do HMU é o seguinte, a questão de falta de laudo da Vigilância Sanitária. Não havendo laudo de Vigilância Sanitária, isso acarreta na impossibilidade de habilitação de alguns serviços e que você receba repasse de alguns procedimentos. No caso do HMU, é muito sensível essa questão, porque é um hospital que hoje tem uma arrecadação baixíssima e uma despesa muito alta.

Eu ousou dizer, em números aproximados, que o que o HMU fatura em um ano, ele gasta mais ou menos em um mês e meio. Então, nenhum hospital público será lucrativo. Nós estamos longe dessa situação, que ótimo, seria super confortável, né? As unidades hospitalares nesse país, que trabalham pelo Sistema Único de Saúde, todas elas têm muita dificuldade no equilíbrio fiscal, mas que fosse um pouco menos desequilibrada, se nós tivéssemos a possibilidade de habilitar vários serviços. Porque a gente acaba usando única e exclusivamente recursos do tesouro e perdemos repasses de caráter federal. Então, esse é um dos grandes objetivos desse modelo de





gerenciamento que nós adotamos, viabilizar um processo mais rápido em busca de um alvará sanitário que, com certeza, terá uma repercussão financeira. E nós temos uma repercussão financeira mais positiva, consequentemente, a população terá mais verba para uma assistência melhor.

Com relação à questão da judicialização, de fato, esse é problema aí que já se arrasta por muitos anos na saúde. O ex-secretário presente deve ter vivido muito de perto essa difícil realidade. Nós criamos uma Câmara Técnica na Secretaria da Saúde, em parceria com pessoas do departamento jurídico e vários outros elementos que têm uma expertise nessa questão. Em breve, deverá ser publicada aí uma portaria oficializando essa Câmara Técnica. E nossa Procuradoria, em conjunto com esses técnicos da área jurídica, deveremos fazer inserções de apoio ao Judiciário, propondo que essa Câmara seja ouvida antes de um deferimento.

Sabemos que existe um movimento no Supremo Tribunal Federal, saiu esse final de semana, Dra. Graciane está mostrando aqui, o Superior Tribunal de Justiça aprovou uma medida nesse sentido. Eu até ouvi, hoje cedo, já no rádio, ainda ouço em pouco de rádio, acho que é da minha idade ouvir rádio de manhã ainda, eu ouvi também. O vereador Rômulo está dizendo que também ouviu, que de fato é um progresso o que foi apontado pelo Supremo Tribunal de Justiça, mas ainda há algumas brechas para uma judicialização, que talvez a gente se preocupa aí e torce para que o Judiciário enxergue o critério técnico em conjunto com a necessidade da pessoa. Nós temos que respeitar o indivíduo que procura a judicialização como último recurso, quando, de fato, o sistema público de saúde não consegue resolver a sua dificuldade.

Bom, rever contrato da Fundação ABC. Essa questão de um possível ressarcimento de uma dívida que não teria sido abatida, apurada por comissões de avaliação e acompanhamento do contrato. Essa semana eu fiz um depoimento aí na CEI da Câmara, eu tenho conhecimento de que devemos ter um valor a abater do repasse da Fundação ABC. Eu não tenho a precisão deste número. Eu já solicitei a nossa equipe e o departamento de regulação, que fizesse um levantamento de todo o passado dos relatórios das comissões de avaliação e controle. Para que nós pudéssemos ter esse número de maneira exata e que pudéssemos abrir uma negociação com a Fundação ABC. Acho que essa negociação não será tão difícil assim, até porque nós temos uma dívida atual, constatada, de 8,4 milhões com a Fundação ABC, do ano passado. Então, nós estamos devendo para quem nos deve. Acho que é tudo uma questão de ajuste e chegaremos aí a um bom senso, se Deus quiser.

Deixa eu ver o que mais eu tenho aqui. Bom, o Sr. Antônio, do Conselho, fez uma série de questionamentos, que vão de encontro àquilo que eu falei inicialmente no que se refere às questões meramente de caráter financeiro. Sr. Antônio, eu entendo e respeito muito bem as suas colocações. Eu já ouvi o senhor fazer esse questionamento mais de uma vez. Eu acho que





essa discussão foge um pouco do escopo dessa apresentação. Essa é uma apresentação de um relatório quadrimestral, em que a gente está mostrando uma produção de trabalho e uma situação financeira do quadrimestre. Eu sugiro, eu acho que a gestão anterior, ela pode e tem, acho que essa responsabilidade de responder aos questionamentos feitos pelo Conselho Municipal de Saúde. Eu acho que um debate nesse momento aqui, agora talvez fosse infrutífero.

Existem os números, olha, está aqui, o número que o Dr. Roberto Lago fez na sua apresentação. Isso aqui é apresentação anterior dele. Está aqui, olha. A pagar em 2017, inscrições em resto a pagar 74.775.915,00. Agora, eu entrar na esfera de discussão, se é esse número exato ou não, se é mais, se é menos. Eu como gestor, até um ordenador de despesas, e tenho que conviver com a questão financeira, eu também tenho que ter a responsabilidade de colocar na mão de técnicos responsáveis. E para isso, existe o setor de finanças, existe a Secretaria de Finanças, existe a Procuradoria e existe a Controladoria, esses sim são profissionais experts e com habilidade para discussão dos números. Os números, eles são impossíveis de serem retratados ou modificados de uma realidade financeira. Existe extrato bancário, existem contas correntes.

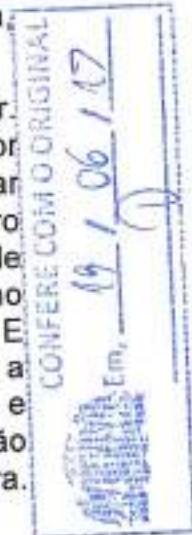
E nós, o que podemos, na área técnica, é mudar a realidade de saúde assistencial desse município às custas das ações e com o dinheiro que temos. Se houver possibilidade de resgates financeiros, de valores anteriores à nossa gestão, como me parece ser a questão da Fundação ABC, nós temos por obrigação de correr atrás, trazer esse crédito e usá-lo da melhor maneira possível.

Agora, todos os questionamentos que envolvam questões de caráter financeiro de gestões anteriores a nossa, deverão ser objeto de discussão nos setores específicos da prefeitura. O Conselho Municipal de Saúde tem todo o direito, sim, de chamar as pessoas para os devidos esclarecimentos. Mas não essa gestão para discutir questões de caráter financeiro da gestão anterior. A realidade é essa. Esse é um número incontestável, é o fechamento que o Dr. Roberto Lago apresentou. Agora, por quê? As causas, o que levou a tudo isso, infelizmente, eu corro o risco de entrar em uma esfera que eu possa não ter a capacidade e a qualificação para responder porque eu não estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Acabou?

O SR. JOSÉ SÉRGIO IGLESIAS FILHO - É o Rogério aí, que foi meu técnico de gesso muitos anos aí, meu companheiro aí, chegando aí.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Eu gostaria de deixar claro que as inscrições para uso da Tribuna já terminaram. Na verdade, a menina passou pegando, a nossa técnica passou pegando essas inscrições aí e ficou até o final da apresentação, tá? E algumas pessoas se inscreveram, dependendo do decorrer dessa audiência, dependendo do





tempo, eu abro para essas pessoas falarem. Se não, se não der tempo, só as pessoas que se inscreveram no primeiro bloco, tá?

Com a palavra a vereadora Janete Rocha Pietá. Cinco minutos, vereadora, por favor. Obrigado.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ - Eu quero dar o meu bom dia a todas e a todos, inclusive à população que aqui está presente. Saúde é prioritário e é um tema relevante no meu mandato, não é de hoje, há muito tempo. Dr. Iglesias sabe muito bem disso, secretário, Dra. Graciane, o Sr. Antônio, do Conselho, e também o que preside, o nosso Dr. Alexandre Dentista. E agora a comissão está completa, no início não estava.

Eu quero fazer algumas perguntas. A primeira é o seguinte. Eu fiquei sabendo desta audiência na quinta-feira pelo presidente da comissão. E eu considero que é muito ruim para acompanhar um quadro. Eu acho que da próxima quadrimestral, por favor, nos entregue com antecedência, para que a gente possa fazer um trabalho de comparação. Então, é uma crítica e uma sugestão. Porque não dá para você acompanhar um quadro desses e alguns detalhes muito importantes. Então, eu pediria, eu estou criticando e ao mesmo tempo sugerindo que a gente receba com antecedência.

A segunda pergunta, é obrigação apresentar na Câmara até o dia 31 a prestação quadrimestral, mas eu gostaria de saber qual foi o parecer do Conselho Curador do Fundo e do Pleno do Conselho Municipal de Saúde em relação a essa prestação? Porque anteriormente, pelo que eu sei, sempre era apresentado lá. Então eu quero saber qual foi o parecer, né?

A terceira questão é o seguinte. Realmente, eu fiquei contente com o nível de arrecadação do município, com 961,423 milhões, como foi apresentado. Eu não pude pegar todos os dados, mas eu considero que a saúde já está gastando e tal, na saúde, mas eu quero reafirmar o que foi apresentado aqui pelo vereador Rômulo. Porque não é só ele que vai nas bases, porque eu também, e também as pessoas me procuram, me cobram. Eu, inclusive, estive no Hospital da Criança em um dia de crise e faltavam copinhos para administrar o remédio, faltavam outros insumos. E existe, inclusive, eu tenho encaminhado para a Secretaria de Saúde, um número muito grande de pedidos de medicamentos. Eu sei que não é questão só de agora, já existia na gestão anterior. Mas, a meu ver, os dados foram muitos positivos em relação à crítica da população e o pedido da população.

E, a partir daí eu vi que, esse dado eu consegui pegar, que em relação à questão da fisioterapia, houve um atendimento a menos. E aí eu queria entender por que o Nipo-Brasileiro, que tem um atendimento muito interessante para a população, vai ser fechado no dia 31/5. Eu considero que a nova administração pode fazer o que quiser, mas sabe...? Quem fez, eu já fiz muita fisioterapia, eu já quebrei muitas partes do corpo, e como que se fecha um atendimento? Eu acho que deveria ter tido um prazo de carência, de fechar todos os atendimentos, quem já estava sendo atendido, para depois





finalizar o convênio. Porque senão, as pessoas, e, principalmente porque eram atendimentos, fisioterapia, acupuntura, consulta de ortopedia, além de algumas pessoas que estão vindo me perguntar, não é população simples, não, de classe média, me perguntando por que está fechando o atendimento especializado no HMU? Então, eu estou trazendo perguntas que o povo me faz e que eu estou perguntando.

E, finalmente, eu queria saber, há uma boa relação com o governo do estado, por que houve uma queda de atendimento em relação à autorização de internação nos hospitais do estado? E aí eu faço a pergunta em relação ao Padre Bento, porque é da minha região e nós, inclusive, vamos ter reunião. E eu estou fazendo perguntas concretas, porque a população, inclusive, nós estivemos lá conversando com o Dr. Duarte, e eu gostaria muito de saber. E os números apontaram que realmente houve uma queda no atendimento dos hospitais municipais.

E a mulherada, eu tenho muito contato com mulheres, e a mulherada está me cobrando, estão muito insatisfeitas com... felizes pela questão de ter ido um Cemeg para Cumbica, mas muito tristes pelo fechamento da Academia de Saúde de Cumbica. Porque a mulherada fazia acupuntura, nutricionista e outras atividades, que eu nem sei o nome, viu, Surfista? Foi fechado, vai para a unidade básica, mas o caso é que elas não estão sabendo, estão meio 'desbaratinadas' em relação a isso.

E a última questão, mais constrangedora, é o seguinte. Vendo na CEI de Saúde, nós vimos que não houve o repasse pelo convênio com a Fundação ABC e também a fundação da SPDM, houve um atraso, principalmente... não quer dizer que não havia atraso no anterior, mas em relação ao RH, sempre houve um pagamento no dia, para que não houvesse o problema que teve lá no PA, que, aliás, a Dra. Graciane, ela é lá no Paraíso, eu gostaria de explicar.

E, para concluir mesmo, eu queria dizer que realmente em relação de obras, eu gostaria de dizer que a UBS Primavera, ela foi... não houve obra nenhuma. Eu queria saber que obra foi feita, se foi feita agora. Porque esse período é um período de transição. E verdade seja feita, a UPA lá da Primavera, ela foi terminada ano passado, ela começou a funcionar na prática esse ano, aí é um mérito, inclusive, eu estive lá. Mas, realmente, a obra não foi... não feita nenhuma obra citada. Foi meio infeliz, rescaldo... eu acho que é bom, nós queremos, inclusive, saber quando vai ser inaugurada a UPA Paulista e a Cumbica. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Obrigada, vereadora.

O SR. JOSÉ SÉRGIO IGLESIAS FILHO - Posso já...?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - O senhor já quer responder? Por favor, secretário.





O SR. JOSÉ SÉRGIO IGLESIAS FILHO - Já vou resolver da vereadora já. Vamos lá. Bom, vereadora Janete, o tempo todo que eu estive nos últimos sete anos no Hospital Municipal da Criança, de fato, ela trouxe muitos recursos para aquele hospital, foi uma excelente deputada aí, no que se refere à concessão de recursos na área de saúde. E nós sempre tivemos um grande respeito um pelo outro. Já foi minha paciente, está bem curada. E tenho assim, nós sempre tivemos discussões extremamente respeitadas no que se refere à política de saúde. Então, não será nenhum pouco diferente daqui para frente, viu, vereadora?

Com relação ao parecer do Conselho Municipal de Saúde na nossa apresentação, o Conselho nos solicitou, na pessoa do seu presidente, que a apresentação fosse realizada e avaliada por eles, quando nós tivéssemos a produção quadrimestral dos serviços. Eles não julgaram adequado a apresentação financeira sem quadrimestral e a apresentação de produção trimestral. Então, isso será apresentado em breve. Nós já estamos recebendo os números finais do ministério, compilando os dados e faremos a apresentação em breve para o Conselho Municipal de Saúde.

Bom, com relação à falta de insumos, eu presenciei a falta de copinhos no PA Paraventi uma noite. Deprimente, triste. Essas coisas, graças a Deus, estão começando a se tornar passado. Foi um momento terrível, o Dr. Roberto Lago que me antecedeu, fiquei até um pouco penalizado com ele, porque pegou o momento mais difícil da secretaria, ele e a Dra. Graciane. A Graciane continua conosco, ele também, mas não tem mais o que dizer a respeito de insumos de medicamentos. Existe a realidade financeira, existe o engessamento no processo de compra, que nós temos que respeitar a acatar, e estamos negociando aos poucos e solucionando gradativamente. Daqui um pouco, isso tudo, se Deus quiser, estará resolvido. Enquanto não estiver 100% resolvido, a minha equipe vai buscar todos os mecanismos para que as pessoas sejam assistidas da forma mais humana possível.

Bom, Nipo-Brasileiro, vamos lá. Eu ouvi muitas críticas esses dias aí, sobre essa questão do, entre aspas, fechamento da unidade do Nipo. Eu estive lá, mais ou menos uns 30, 40 dias atrás. Cheguei era 15min para as 11h da manhã, tinha um colega meu fazendo atendimento ortopédico, a clínica, relativamente, vazia, para a minha surpresa, 11 horas da manhã não tinha ninguém esperando para passar em consultas. E fui conhecer o andar superior, onde é feita a reabilitação. Eu já conhecia a unidade, mas esse dia eu estava fazendo uma visita. Cheguei no andar superior, a fisioterapia, acho que tinha umas quatro ou cinco pessoas em tratamento, e não muito, nada além disso. Os boxes de acupuntura todos vazios. Esse é meu ramo, eu sou um ortopedista, conheço bem, sabe? Essa é uma realidade que eu vivo muito. E senti a unidade com uma baixa ocupação.

Agora, a qualidade do serviço não cabe qualquer discussão, o serviço muito bem feito, um serviço qualificado por profissionais capacitados e por uma instituição séria que é o Nipo-Brasileiro. Só que nós, não só em

CONFERE COMO ORIGINAL
Em, 19 / 06 / 17



relação ao Nipo, mas várias outras unidades desse município, nós não temos dotação orçamentária prevista para 2017. Exemplo, a situação do contrato do convênio que se extingue do Pimentas Bonsucesso no final de julho e não temos dotação orçamentária para o segundo semestre. Como se esse hospital fosse líquido e certo que iria retornar para a gestão pública municipal ou que conseguiríamos ter verba para uma dotação extraordinária em 2017 para suprir essa deficiência. E isso não foi diferente em relação a essa unidade. Essa unidade que custava a nós, aproximadamente, R\$ 180 mil/mês, e que oferecia esse serviço.

O que nós fizemos? Com esse processo todo de movimentação dos profissionais hoje do HMU, do HMCA e da própria Policlínicas Paraventi, nós vislumbramos a possibilidade de fazer um serviço, na mesma unidade, sobre gestão municipal, com mais quantidade de serviços oferecidos e uma diversidade maior de assistência na área de saúde. Então, nós estamos criando o quarto Cemeg, que é a promessa dessa gestão. Essa gestão se comprometeu a ter um Cemeg em cada região de saúde. Nós acabamos de inaugurar o Cemeg Pimentas e nós estamos com o embrião já do Cemeg Cantareira.

Embora, fisicamente, devamos atravessar a rua para que ele se torne o Cemeg Cantareira, mas nesse primeiro momento, nós já estamos abrindo essa unidade. Não haverá qualquer interrupção assistencial. Nós continuaremos mantendo o atendimento ortopédico. Nós estamos mantendo o atendimento fisioterápico. Nós estamos colocando cardiologia, urologia, vascular e dermatologia. Então, aí está um belo exemplo de municipalização de algo privado, mas aí nós temos pernas para fazer isso. Nós temos recursos próprios sem outros investimentos. Se eu tivesse que contratar todos esses profissionais para fazer esse modelo de gestão, talvez eu fizesse pior e mais caro do que o Nipo. Porque, então, os senhores poderiam dizer: "Bom, então, municipalizar tudo acaba sendo o melhor no momento". Não, é porque esse recurso, nós temos hoje esses ambulatórios funcionando dentro do HMU.

Nós temos que acabar com esse negócio de fazer consulta de varizes dentro de um hospital de urgência e emergência. Nós temos que atender a cardiologia eletiva em unidades que possam fazer um bom atendimento, sem estar dentro de um hospital de urgência e emergência. Nós já temos poucos leitos de urgência e emergência no município, e se descaracterizarmos para uma assistência ambulatorial, nós vamos privar o espaço físico, que já é limitado, para a característica própria do atendimento.

Então, daqui a pouquinho, a Dra. Graciane já está vislumbrando áreas físicas próximas, onde é hoje essa unidade, que para nós já se chama Cemeg Cantareira. Se Deus quiser, vamos para um espaço maior, vereadora. Mantendo essas novas especialidades, mantendo ortopedia, mantendo fisioterapia, ampliando serviços e aí sim, teremos, se Deus quiser, o grande Cemeg Cantareira. Mas esse já começa agora, a partir do dia 1º de





junho, quando se encerra o contrato do Nipo. Tenho até que agradecer ao Nipo, que acabou deixando algumas pias, divisórias, permissão de uso do equipamento de raios X por um determinado período e assim por diante.

Bom, com relação à produtividade do estado. O número que nós vimos na apresentação, ele mostra que o atendimento no Padre Bento sofreu um acréscimo nas internações, olha. Nós passamos de 1.050 para 1.234, o que representa um acréscimo de 17,52%. Mas eu entendo a preocupação da vereadora, é uma preocupação bastante cabível. Hoje, nós temos um bom relacionamento com o estado. O diretor, o Dr. Roberto Duarte, que acabou de assumir, é uma pessoa muito comprometida, conhece demais aquela instituição, sério, experiente, e por sorte ainda, nosso amigo particular. É óbvio que na gestão pública não devemos depender de amizades pessoais, mas ela ajuda um pouco. Isso também é inegável.

O Hospital Geral de Guarulhos também com pessoas extremamente responsáveis e com compromisso de integração cada vez maior. O que nos preocupa hoje, vereadora, viu, vereadora?

O que nos preocupa muito hoje, vereadora Janete, é a situação do Hospital Stella Maris, que não foi colocado aqui. O Hospital Stella Maris, no final de 2016, com uma taxa de ocupação baixíssima, ao redor de 14%, 15%, continua na faixa dos 17% de taxa de ocupação. E nós estamos em negociação com o pessoal da administração do Hospital Stella Maris. Só que esta gestão criou um modelo de convênio e de pactuação em que o rigor administrativo e de cumprimento de metas, ele é relativamente severo. Ele tem dois aspectos. Só um pouquinho, doutora.

Esse novo modelo nosso de convênio e de contratualização dos serviços, é bom que todos saibam. O bom de uma audiência na Câmara é que às vezes nos dá possibilidade de expor perguntas que vocês não precisariam ficar fazendo amanhã. Sem qualquer crítica ao modelo anterior, esse é o novo modelo e é o nosso modelo. Então, hoje, quem quiser prestar serviço para a prefeitura, quem quiser prestar serviços para o municípe, quem quiser prestar serviço na esfera que seja em área de saúde, vai ter que respeitar modelos de pactuação, em quantidade e qualidade, com uma severidade que exige os melhores modelos de prestação de saúde nesse país. E nós temos a sorte de ter a ex-superintendente da ONA na nossa equipe. A ONA, para quem não sabe, é a principal certificadora de qualidade em segurança ao paciente deste país, que é a Dra. Carol.

Então, nós criamos o nosso modelo de pactuação, de cumprimento de metas qualitativas e quantitativas. E o repasse financeiro será sempre ligado a essa efetiva produção. Inclusive, Srs. Vereadores, que já aprovaram e ainda existe uma subvenção do serviço público ao Stella Maris, como existe ao JJM, nós não concordaremos que qualquer centavo do dinheiro público seja repassado a qualquer instituição sem uma efetiva contrapartida de prestação de serviços. Essa gestão não enxerga subvenção como doação financeira para sanar dificuldades administrativas. Essa gestão

CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 19 / 06 / 17



encara subvenção como contrapartida de prestação de serviços. E é para isso que a municipalidade, que a Câmara de Vereadores, tenho certeza, aprovou essa cooperação com o Hospital Stella Maris e o JJM.

O JJM já assinou esse convênio conosco, inclusive, a transparência fiscal desse convênio, eu convido todos os vereadores ou os demais interessados, a conhecer. Tem que mostrar para nós, a partir do momento que recebe o dinheiro público, como administra, como compra, como gasta, conta bancária específica, CNPJ utilizado especificamente para essa conta e fazer a prestação de contas mensalmente, a cada três meses poderá haver desconto e a cada seis meses uma repactuação. Esse é o nosso modelo. Pior, melhor que o anterior? Não sei. Mas o tempo vai mostrar a capacidade que nós temos de gerenciar a utilização do dinheiro público, de forma extremamente responsável.

Falta da Janete ainda o Cemeg, que ela falou do Cemeg Cumbica, que foi inaugurado.

A SRA. GRACIANE DIAS FIGUEIREDO MECHENAS - Da academia de saúde.

O SR. JOSÉ SÉRGIO IGLESIAS FILHO - A academia de saúde não... a academia de saúde...

Isso. Isso. Porque aí contempla uma outra regional, que hoje não existe nenhum Cemeg.

Bom, vereadora, não foi extinta a Academia de Saúde. Cadê a Dra. Ana? Está lá na pontinha lá, olha. A Dra. Ana, que é a gestora aí da atenção básica, super capacitada, competente, dedicada. A Dra. Ana tem essa visão. Eu estive lá, recentemente, na inauguração, acompanhamos, os equipamentos ainda se encontram lá. O que houve foi, na verdade, uma ampliação dos serviços...

A SRA. JANETE PIETÁ - Vai continuar?

O SR. JOSÉ SÉRGIO IGLESIAS FILHO - Vai continuar. Vai continuar. Não tenho a menor dúvida disso. Isso vai continuar sim.

Com relação às demais unidades, a UPA Paulista inaugura o mês que vem.

Mês que vem, junho, até o final de junho, tá? A UPA Cumbica, ela requer reparos aí por ações de vândalos, né? Eu pedi ao prefeito aí que intensificasse a proteção naquela área. Nós, inclusive, temos ao lado, seria interessante até que a Câmara estivesse atenta, existe uma área pública ao lado ali, que anteriormente fazia parte de um projeto da Secretaria da Educação. Uma área extensa, construções que não acabaram sendo inauguradas uma unidade totalmente abandonada, um terreno enorme, uma área espetacular, anexa, anexa à UPA Cumbica. Então, não adianta nós fazermos todo esse processo de revitalização, reformas e preparo para abertura da UPA Cumbica e termos aquela área ao lado de total abandono.





Construções, piscina, casas totalmente destruídas. De fato, a gente que é cidadão e guarulhense, a gente tem vontade de chorar. Era um centro de educação ambiental e lazer. Eu estive lá um sábado com a Dra. Graciane, e é um local super adequado para as pessoas desocupadas ou desprotegidas da sociedade, que traz mais insegurança ainda para a região. E isso tem uma placa de inauguração de 2004.

Peço aos Srs. Vereadores que estejam muito atentos a essa região. Nós já pedimos ao prefeito aí um reforço na segurança da região da UPA Cumbica, do prédio da UPA Cumbica, já solicitamos restauros na área de infraestrutura e acho que se Deus quiser no começo do ano que vem estaremos inaugurando também a UPA Cumbica.

Quanto à unidade do Primavera, vereadora, reconheço o seu esforço, a sua dedicação, o seu trabalho em prol daquela unidade, que eu sei o quanto a senhora se dedicou. De fato, essa inauguração, sintam-se também agraciada, e colocamos para funcionar, colocamos mobiliários, funcionários, os profissionais da área de saúde, conseguimos o AVCB, a liberação do Corpo de Bombeiros, e essa é a nossa missão: pegar o que já funcionava ou que estava prestes a funcionar, otimizar, adequar, dar condições e devolver à população tudo que ela precisa e merece.

Acho que acabei, não é, vereadora? Acabei, sim.

É, a Fundação ABC, o pagamento da Fundação ABC e da SPDM. Bom, voltamos na questão financeira, voltamos na dívida, voltamos na questão da suspensão dos empenhos. Nós já estamos gradativamente solucionando todas essas dificuldades de pagamento. A partir do momento em que nós já estamos praticamente normalizados e tendo apenas que administrar a gestão financeira e a dívida de 2016, nós vamos ter que repactuar mais cedo ou mais tarde com essas unidades uma forma de pagamento em respeito ao decreto do prefeito que solicita 30% de desconto e um parcelamento da melhor maneira possível. Essa é uma gestão extremamente responsável com relação a dinheiro público.

Agora, se pagarmos essas instituições como já estamos pagando regularmente e eles tiverem dificuldades financeiras alegando dívidas do passado e não priorizarem o pagamento de RH, a responsabilização é todinha deles, não é nossa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Obrigado, secretário. Vereadora Genilda, por favor.

A SRA. GENILDA SUELI BERNARDES - Bom dia a todas e a todos. Eu, em nome do secretário, quero cumprimentar a toda a equipe que aqui está presente e que acompanha esta prestação de contas, e em nome do meu companheiro Alexandre Dentista cumprimentar a todos os vereadores e vereadoras aqui presentes. Em nome do meu companheiro Rogério, quero cumprimentar a todos os conselheiros aqui também presentes no dia de hoje.

CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 19 / 06 / 17



Secretário, eu, de fato, não o conhecia pessoalmente, mas o conhecia bastante no acompanhamento do HMU, porque eu também sempre estive muito lá e sempre precisei muito dos serviços de lá, e tenho muito boa referência em relação ao senhor. Então, quanto a isso eu fico muito tranquila, quando o senhor disse aí no início que tem um compromisso ético, né, com a saúde no município, eu reconheço que acho que isso é uma verdade porque eu conheço muito bem o seu trabalho e sei do seu compromisso com relação a isso. Isso me deixa muito tranquila e muito feliz, mas eu também já fui gestora, eu já fui secretária e sei que há um limite entre o que o secretário pode fazer e o que uma gestão decide fazer, né? E, aí, é onde moram as nossas grandes contradições, né? Eu também já tive grandes crises de contradições de pensar uma coisa, ter que fazer outra e vice-versa porque é um universo que a gente está, é assim que ele o representa.

Então, uma das coisas que eu, apesar de ser gestora, fiquei confusa aí na prestação de contas que vocês colocaram, o senhor disse aí que tem uma dívida de R\$ 74 milhões, agora há pouco o senhor disse que tem aí, que foi... o Dr. Lago que deixou isso resolvido, e no que foi ofertado pelos técnicos de vocês, havia R\$ 80 milhões em caixa. Minha pergunta: o que é que deixou-se de pagar? Algumas coisas eu entendi, está sendo renegociado, pactuado, o que é também normal numa nova gestão, que acaba repactuando, mas o que deixou-se de pagar para que este dinheiro esteja em caixa na contrapartida dessa grande demanda que vivemos hoje na saúde?

Segunda pergunta que eu queria saber: quanto custa hoje, por dia ou por mês, o HMU, quando estava na mão da prefeitura? Qual o custo mensal para gerenciar o HMU? Por que é que eu pergunto isso? Embora hoje o tema aqui não é o Instituto Gerir e também eu não tive, a gente também não teve todo acesso ainda ao contrato, que a prefeitura estabeleceu o convênio, mas essa Câmara ainda não teve acesso a todas as informações sobre esse convênio, eu tive o cuidado de ir até a Secretaria da Saúde, que, aliás, eu fui muito bem recebida na Secretaria da Saúde, diferente de outros órgãos, lá eu fui muito bem recebida, me encaminharam, me responderam tudo. Sobre isso eu não tenho o que reclamar, eu fui muito bem recebida lá. Eu tive acesso que eu fotografei todo o processo administrativo porque eu não tinha então acesso. E lá não consta em nenhum momento que é obrigatório a prefeitura repassar R\$ 13 milhões adiantado. Isso também me sugere um questionamento financeiro, porque é o seguinte: é da prática da gestão - e a gente sabe disso - de que todo serviço pago... é... tem que ser executado primeiro. Primeiro, qualquer pessoa executa por 30 dias, depois ela tem que apresentar o custeio daquela prestação de contas. A prefeitura ainda tem mais 15 dias para analisar. Quer dizer, é no mínimo 45 dias para a prefeitura estabelecer ou pagar qualquer convênio. A minha pergunta é: por que é que foi feito R\$ 13 milhões adiantado para um instituto, né? E se isso, e quanto custa o serviço no HMU? Claro, não vou nem entrar na discussão aqui, vou deixar para a Audiência Pública o debate sobre o que serão feitos dos funcionários, que pode aparecer de menos importância, mas o que está acontecendo com eles

CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 19/06/17



hoje é de muita importância, né? Porque o senhor como médico e também já funcionário da prefeitura sabe muito bem que o princípio do bom atendimento passa pelo funcionário bem feliz, contente, alegre. Não sendo tratado de lá para cá como se fosse apenas um objeto ou um número, né, que vai se jogando de um lugar para outro.

A terceira questão é a seguinte: eu vi ali, embora inconcluso por conta da falha digital, as reformas das UBS que estão acontecendo nas obras das reformas. A minha pergunta é: tem previsão de fechar alguma UBS nessa cidade nos próximos períodos? Sim ou não?

Por último, também vi um aumento significativo financeiro nos convênios com as entidades, no que diz respeito ao Caps. O que é que justificou esse aumento de atendimento tão... tão alto assim nesse trimestre, já que não é o quadrimestre?

E a última pergunta: eu mandei um pedido para a prefeitura referente a informações sobre o Centro de Terapias Naturais que, hoje, pertence lá ao fundo social. E foi me dito que aquele equipamento passou a fazer parte da saúde. Minha pergunta: o que será feito do centro de terapias naturais? Está no plano do novo governo, nesse novo modo de fazer política, e de que forma que ele será incorporado?

Por último, secretário, eu queria só comentar uma última frase que o senhor disse aí, que esse governo tem um compromisso com a transparência e com o dinheiro público. É o mínimo, não é, secretário? Todos nós que somos eleitos, é o mínimo que se pode querer, é o compromisso e a transparência. Por isso, inclusive, que eu questiono muito o contrato com a Gerir. Porque ele, no meu entendimento, ele não atendeu ao princípio da impessoalidade, da moralidade e da transparência. Obrigado, Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Obrigado, vereadora. Com a palavra o vereador Zé Luiz.

O SR. ZÉ LUIZ - Bom dia a todos. Cumprimentar aqui ao presidente da Comissão de Saúde, o Alexandre, a todos os vereadores. Cumprimentar ao Sérgio e a Dra. Graciane, em nome dos dois a todos os funcionários aqui presentes. A gente viu a apresentação. Acho que a vereadora Janete tem toda razão: numa audiência como essa, é preciso anteriormente os vereadores pelo menos terem acesso, pelo menos um dia, dois dias antes, para que a gente possa ter uma condição melhor de fazer a verificação de números, porque como apresenta o conjunto de números ali, na rapidez da passagem da tela, pouco dá para a gente aferir. Mas eu acho que a minha fala aqui vai um pouco numa reflexão. Vou fazer uma pergunta pertinente, sim, ao tema. Eu vou fazê-la agora. Eu verifiquei ali na apresentação, o HMU para nós, em Guarulhos, sempre funcionou para a grande população como um dos hospitais mais importantes, né, do ponto de vista da atenção, da urgência principalmente, não é? Dos atendimentos de urgência e de emergência. A gente viu ali que houve uma diminuição nos atendimentos, não é? Acho isso um pouco preocupante, não é? Bastante





preocupante. Mas eu queria indagar do secretário Sérgio, primeiro, essa redução e também indagar dele porque havia... eu fui presidente da Proguaru durante um período, e me lembro que o secretário Carlão Derman, na época, discutia com os seus gestores a possibilidade de ampliação do HMU, né? E gostaria de saber como vai ficar nessa nova gestão a questão do HMU, uma vez que a gente viu essa redução de atendimento. E a gente viu também, alguns dias atrás, a assinatura de um contrato com uma empresa que vai administrar o HMU. E pelo teor do contrato é uma terceirização completa, inclusive passando para a empresa terceirizada os imóveis, os bens móveis e os bens imóveis também, não é? Ou seja, o HMU está dentro desse contrato. Então, nos preocupa porque é um centro, um hospital de referência há muitos anos na cidade, né, que agora vai ser terceirizado por completo. Eu queria até aqui levantar uma reflexão do ponto de vista até do secretário anterior, que lhe antecedeu, o Roberto Lago, um secretário demissionário, declarado demissionário em vídeo na internet e teve a coragem de assinar esse contrato. Teve a coragem de assinar esse contrato, porque é um contrato que vai ser questionado, Dr. Sérgio. É um contrato que está terceirizando um serviço essencial, não é, que está na Constituição. Esse instituto já está sendo questionado pelo MP em vários locais onde ele está trabalhando e está, de fato, a administração está fazendo uma opção pela terceirização. Tirar do serviço público, do servidor público todo o trabalho. Então, isso nos preocupa, né? E tenho certeza que será um contrato questionado. Os senhores serão questionados por isso, né? O secretário anterior que teve a coragem de assinar antes de sair, não é, é uma coisa interessante que a gente até de refletir, a coragem dele de assinar um contrato sabendo que é um contrato de risco. Vocês estão depositando todo o processo de melhora nesse contrato.

Eu queria aqui aproveitar a oportunidade, porque isso vai ser um tema de grandes debates aqui na Câmara, com certeza Audiências Públicas serão objeto, mas eu queria ter a oportunidade também na minha fala de me dirigir aos conselheiros, aos conselheiros municipais de saúde: a grande responsabilidade que esses membros do conselho têm a partir dessa situação colocada em Guarulhos, que é a terceirização dos serviços de saúde. A grande responsabilidade e que terão daqui para frente. Não é só o secretário que é o responsável, não é? O conselho, os conselhos municipais, eles também têm uma atribuição, uma responsabilidade civil com aquilo que é feito dentro da secretaria, dentro dos seus conselhos. Então, cabe uma responsabilidade muito grande na mão dos conselheiros, não é? Do seu presidente, dos secretários, de todos, porque é uma atuação daqui para frente extremamente diferente, onde os dados, na medida em que você terceiriza tudo, você faz um contrato guarda-chuva, onde está tudo lá, insumos, remédios, serviço, contratação de médicos, está tudo dentro do contrato, né? Qual é a fiscalização disso? Quem vai de fato fiscalizar esses números? Tanto na ponta como na parte contábil? Então, não tenho dúvida nenhuma que esse contrato será objeto de questionamento, seja de servidores, seja... que são os mais afetados, como disse a vereadora aqui.





Então, eu quero encerrar a minha fala fazendo essa reflexão de preocupação, né? De grande preocupação com os rumos que essa gestão está tomando com relação a um serviço que é essencial. Não é mercado. Saúde não é mercado. Saúde não é lucro. Não é uma empresa para estar lá fazendo metas contábeis e se ela vai aferir lucro, né? Se ela vai aferir vantagens, né? Reduzindo determinado tipo de atendimento e atuando em determinado outro tipo de serviço. As pessoas morrem se não tiver o serviço. Então, quero encerrar deixando uma reflexão ao Conselho, ao Conselho de saúde a responsabilidade de... a responsabilidade dividida com o gestor, o Sr. Sérgio, a Sra. Graciane não são os únicos responsáveis daqui para frente da Saúde de Guarulhos. Os senhores também têm grande responsabilidade com coisas que vão acontecer daqui para frente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Obrigado, vereador. Eu gostaria de esclarecer a todos que, na verdade, essa comissão já deixou marcado com antecedência todas as audiências pertinentes à prestação de contas da Secretaria da Saúde, tanto é que a nossa próxima será em setembro. Agora a cobrança de vocês, realmente que não chegue com antecedência essa prestação, por parte da secretaria, com certeza, é pertinente. Eu endosso o pedido para vocês, por favor, mandem com antecedência para essa Casa para que a gente possa estudar antes de ter a prestação de contas, tá? Obrigado.

Sr. Renato Andrade, assessor do vereador Rômulo?

A SRA. GRACIANE DIAS FIGUEIREDO MECHENAS - A gente não pode responder, três por bloco? Melhor manter? Tá bom, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Eu já chamei o próximo e o secretário também está ausente.

A SRA. GRACIANE DIAS FIGUEIREDO MECHENAS - Foi ao banheiro. Tá bom.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Obrigado, secretária.

A SRA. GRACIANE DIAS FIGUEIREDO MECHENAS - Só pedir desculpas, foi um erro nosso da Secretaria. A gente ficou acertando, teve uma apresentação interna na quinta-feira e ficou de ser repassado para a Câmara na sexta-feira, final do dia, e foi um erro nosso mesmo. Eu peço desculpas. Isso não vai mais se repetir. Agora, quanto as datas, isso já está pré-agendado, desde o início do ano a gente já tem as datas de apresentação das prestações de contas quadrimestrais, tá? Então, com relação à data, já estão marcadas. Com relação ao conteúdo, a gente pede desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Obrigado. Por favor.

O SR. RENATO ANDRADE - Bom dia a todos e a todas. Do orçamento da Secretaria da Saúde que foi aprovado por essa Câmara no





final do ano passado, na verdade, não da Secretaria, de toda a prefeitura, que naturalmente o prefeito tem uma margem para fazer remanejamento por decreto, de 12% do orçamento, a gente percebeu que o prefeito fez alguns remanejamentos no início desse ano retirando R\$ 55 milhões da atenção especializada... da alta complexidade e atenção especializada. Alta e média complexidade. Foi retirado R\$ 55 milhões. Claro que tem uma explicação que foi retirado para onde? Foi transferido, remanejado para o Ipref, R\$ 55 milhões. É claro que houve uma explicação, até pela imprensa no sentido de que o dinheiro foi... teria sido realocado indevidamente para a saúde e não para o Ipref; porém, foi aprovado pelos vereadores, não é? Então, de fato o prefeito alterou aquilo que os vereadores aprovaram, retirando R\$ 55 milhões.

Depois de muitas críticas que foram feitas, inclusive por alguns vereadores, não é, da oposição aqui na Câmara, e até vereador da base chegou a questionar a retirada do dinheiro da Saúde, a prefeitura, o prefeito em um novo decreto remanejou de volta para a Saúde R\$ 40 milhões desses R\$ 55 milhões. Aí ele remanejou desses R\$ 40 milhões metade da coleta de lixo, uma parte do Trânsito e uma parte da Secretaria de Finanças, quer dizer, ficou claro que o dinheiro que foi para o Ipref não precisaria ter saído da Saúde, poderia ter saído de outras Secretarias.

Enfim, mas foi devolvido R\$ 40 milhões para a Saúde do total dos R\$ 55 milhões. Então, a gente ainda tem, hoje, um orçamento na área... nas ações de alta e média complexidade, R\$ 15 milhões a menos na dotação em relação àquilo que foi aprovado no orçamento pelos vereadores. Então, a pergunta que eu faço para a equipe da Secretaria é: sobre esses R\$ 15 milhões que estão faltando, pelo menos, em relação àquilo que havia sido previsto no orçamento, tem previsão de que isso seja repostado no orçamento da Saúde? Tem essa conversa, existe algum compromisso do governo ou da Secretaria de Finanças de repor esses R\$ 15 milhões? E, aí, a questão é: se não tem, se tem quando será feito? Se não tem essa previsão, o que é que vai representar esses R\$ 15 milhões a menos na alta e média complexidade? Eu pergunto se vão ser menos médicos contratados, se vai ser menos insumos. O que é que isso representa na prática, essa redução no orçamento da Saúde? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Muito obrigado, Sr. Renato. Com a palavra o Sr. José Roberto, Conselho Municipal de Saúde.

O SR. JOSÉ ROBERTO - Bom dia a todos. São várias perguntas, não é? A primeira delas é sobre o CAPS, os dois CAPS que não são habilitados. A outra delas é sobre a verba de R\$ 2.908.488,84 relativo ao PA Paraíso e o UPA São João, que seria hoje o PA Paraíso.

Outra pergunta aqui, é sobre o Stella Maris. O Stella Maris está com, acho que 888 internados, não é? E nós sabemos na realidade, segundo fala na própria Secretaria, é que o próprio Stella Maris está disponibilizando alguns leitos para as Secretarias. Se está dentro disso daí.





Outra coisa, ilustre vereador Zé Luiz, é que o Conselho Municipal da Saúde, na realidade, com relativo ao convênio com a Gerir, o Conselho Municipal da Saúde não... até... não passou isso pelo conselho, quer dizer, e o Conselho Municipal da Saúde, o Conselho Municipal da Saúde vai acompanhar as coisas, mas o Conselho Municipal da Saúde não foi o pai da criança, quer dizer, certo? O Conselho Municipal da Saúde não foi isto, tá bom? Seria isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Obrigado, Sr. José Roberto. Rosália Lima, Conselho Municipal de Saúde.

A SRA. ROSÁLIA DOS SANTOS LIMA - Bom dia a todos, bom dia à Mesa. Eu deixo aqui o meu protesto direcionado à terceirização sem ter passado pelo Conselho Municipal. Ao mesmo tempo, eu pergunto também, eu sou totalmente contra a terceirização, qualquer tipo de terceirização eu sou contra. E gostaria também de perguntar quem contratou, né, a SPDM e a Fundação ABC, que a fiscalização foi péssima, de última qualidade e a gente já vinha sofrendo com elas. Ai a gente tem que realmente, que acho que o vereador falou aqui, tem que fiscalizar, mas para se fiscalizar tem que primeiro respeitar o conselho. Se não respeitar o conselho, a gente não consegue fazer nada, né? Então, vamos lá.

Eu vou falar aqui de obras. Foram devolvidas R\$ 9 milhões? R\$ 9 milhões, né? Na verdade, de reais. Só da vereadora Janete Pietá foi devolvido cinco por falta de projeto. Por que eu falo da Janete Pietá? Porque eu me apego muito ali aos Pimentas, porque ela investiu muito ali em emendas e foram devolvidas por falta de projetos. Eu gostaria de perguntar à Mesa, como ela falou ali de obras e tal, se vai ser continuado, se vai continuar devolvendo o que ainda nem veio, se vocês estão com um projeto em cima, porque a gente vai ficar em cima dessa situação. Nós do conselho vamos estar cobrando muito isso, né?

Vamos lá. Quando a gente fala de UBS, que não tem médico, realmente demonstrou aqui, desculpa para quem veio aqui na frente falar, a falta de conhecimento. Eu estou falando ali que cerca de 19 UBSs ali que estão sem médicos ali. A gente tem zero, abaixo de zero. Agora, sim, está chegando. Para ter médico, só vou citar o básico. O UBS Pimentas, ficamos ali seis meses sem nada. Para acontecer de ter dois pediatras, precisou a população fazer manifestação e teve, sim, a população ameaçou até o secretário da Saúde que ia buscar médico na casa deles. Então, assim, quase dois anos só com um pediatra. Agora está chegando o clínico e dois ginecologistas.

Então, fora isso, eu vou falar também do Marco Freire, quem mora ali perto sabe. Gente, não adianta ficar investindo na Saúde se a gente está morando com os ratos. Na frente da UBS Marco Freire ali, um descaso social com a população. Vergonha total. Precisou ali a população se juntar para tirar. Eu gostaria, tem vereador que mora ali perto do Marco Freire?

CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 19/06/17



Não, né? Então, tá. Então, é uma vergonha total que a gente está vivendo ali. Só que, assim, o que é que aconteceu? A população se uniu.

Voltando aqui, né, a gente está falando aqui, quando se fala que tiraram os médicos, etc., eu acredito na escala de dimensionamento, porque o PA D. Luiza passa ali cerca de 16 mil pacientes e a gente ficava um dia sim e dois não, um dia sim e dois não com o médico. A gente nem sabia, na verdade, para onde a gente teria que se direcionar. Hoje, eu estou falando a partir de fevereiro, está assim na porta aberta, 24 horas, quando não tem na hora eu ligo para o presidente, né, para o presidente tomar uma providência, que não está precisando tanto isso, de incomodar o presidente do conselho municipal, e, assim, na verdade, a gente fica agradecida porque ser atendido ali, ali a gente tem zero, abaixo de zero. Ah, tem gente que bate no peito: ah, eu tenho convênio. Convênio para que ali não hora da dor? Quem tem convênio ali tem que ter carro, né, porque convênio ali não funciona. O que funciona ali é ter o atendimento para a população.

Voltando aqui, queda de cirurgias. Eu fiquei totalmente decepcionada de ver ali queda de cirurgias. Vocês falar para a gente que está tendo queda de cirurgias por falta de insumos? A gente está com um monte de pessoas de cirurgias na fila. Então, tem que investir. Antonio, conselheiro municipal, a gente vai ter que pegar pesado nessa parte ali, porque está desmarcando cirurgia, não está tendo por falta de insumos. Isso não pode acontecer.

Outra coisa aqui, vamos lá, gente, o que eu mais gosto é de falar. O Hospital Pimentas Bonsucesso. O diretor do Hospital Pimentas esteve na Secretaria de Saúde e falou que está tudo bem a nível de repasse com essa gestão. E quem estava de conselho sabe, o Rogério do Stap estava presente, aí eu peguei e falei assim: e a falta de materiais de insumos? Ah, foi problema com a antiga gestão. Com a antiga gestão eu tive vários problemas. Então, com elas, ainda elogiou a nova gestão. Aí eu peguei e falei: bom, se está elogiando a nova gestão, que o senhor recebeu R\$ 7 milhões em janeiro, R\$ 7 milhões em fevereiro e fiquei contando até a data lá, era R\$ 28 milhões e a gente não tem esparadrapo. Quando a gente fala da IH rejeitada, tinha que ser todas ali, viu, gente? Sabe por quê? Porque as que provam ali são pessoas que vão internar. Deixa eu explicar para vocês. Eu tenho uma cirurgia marcada, eu vou lá e interno. Aí quando dá meio-dia, 1h da tarde, tchau, porque não tem material de insumos para a cirurgia. Quer dizer, eu estou com casos ali de dez, o mesmo paciente dez vezes. Então, foi pago esses pacientes? A gente teria que procurar saber. Quando o vereador relata aqui que realmente não tem esparadrapo, ele está sendo até educado. Não tem papel higiênico. Ali as receitas estão sendo para a população comprar. Agora, quer dizer, é um hospital que tem, como é que o senhor falou mesmo, da... e lá tem, né? Então, quer dizer, gente, a gente fica até sem graça de falar isso. Quer dizer, investigando papel, papel até eu posso trazer um monte de papel aqui e todo mundo fiscalizar e está tudo certo. E o povo? A gente quer ouvir o povo, a necessidade do povo. Só que isso, eu estou falando para os senhores





que não é de agora, gente. A gente está falando o que já vem se arrastando. O Antonio demonstrou aqui, vem se arrastando há muito tempo. E, agora, a população dos Pimentas quer que dê um basta nisso. E a gente vai cobrar de vocês, vai cobrar aqui da Casa e a gente quer uma resposta do secretário da Saúde, o que é que vai ser feito com o hospital, com a direção do hospital Pimentas, tá? Eu espero que todos tenham entendido a minha fala e que a gente tem que apostar, né? Trocou a gestão, lutaram muito para trocar a gestão. E a gente tem que fiscalizar, tá? Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Obrigado, D. Rosália. Sr. Eudes da Silva, Associação de Moradores São Rafael. O próximo será o Sr. Luiz Carlos, Conselho Municipal de Saúde.

O SR. EUDES DA SILVA - Sr. Presidente, Sr. Secretário. O secretário falou da ONA, não é? Só que a ONA não é certificado de bom atendimento, não. O trabalho no Hospital das Clínicas de São Paulo, a gente maquia muito a ONA, né? É uma empurrada de poeira para debaixo do tapete. É pia e maca nos corredores. Depois vem o certificado. Só isso que eu queria colocar. E queria dizer também da ONA. A ONA é isso.

Mas, falando o seguinte, sobre o Conselho, né? Se fosse os conselheiros, não, mas o presidente do Conselho fez aqui uma direta ao ex-secretário da Saúde, né, sobre a seguinte colocação: o que acontece é o seguinte. As contas da gestão anterior, da Saúde, foram aprovadas pelo Conselho municipal. Publicadas no Diário Oficial. Número X de votos a favor, teve votos contrário, teve dois votos que foi [ininteligível] que ficou em cima do muro, não tomou posição, mas foram aprovadas. E aprovadas inclusive, se aprovado foi, também as devidas idem também, por isso que vai ter que se pagar as dívidas da gestão anterior da Saúde, que foi aprovada no Conselho Municipal.

Alinhamento. Está precisando ter um alinhamento, até eu acredito que o secretário da Saúde não seja partidário. Acredito piamente, né? Que tenha um partido, porque o nosso secretário estadual da Saúde, até pedia voto para o governador, né, mas acontece que o alinhamento que precisa ser feito porque foi colocada aqui na Tribuna por vereador sobre o problema do convênio da ortopedia que não se quitava, que estava se encerrando, que não tinha R\$ 8 milhões, na dotação orçamentária para se pagar. Aí o líder do governo vai lá na Tribuna, lá naquela Tribuna lá e diz: olha, colocou essa situação, que não tinha na dotação orçamentária. Mas, e é público e notório que se adiantou R\$ 13 milhões para uma terceirizada? Adiantou-se, não é? Aí você, quando você vai pagar adiantado, que se paga, a regra é pagar-se. A quantidade e qualidade do que se fez para se pagar. E a pergunta que fica: e os R\$ 13 milhões estavam na dotação orçamentária? Fica a pergunta.

E colocando o seguinte: gente, é o seguinte, eu como cidadão, né, como já estou habituado em Casa Parlamentar, vou deixar o seguinte registro: me chamou muito a atenção quando o cidadão veio aqui na

CONFERE COMO ORIGINAL
Em, 19 / 06 / 17



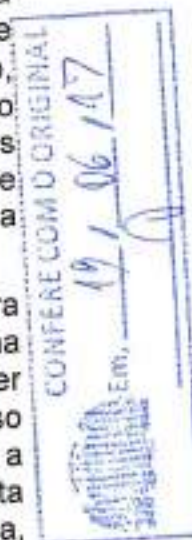
Tribuna, a liderança do governo fica policiando o que o cidadão aqui fala. Muito desagradável isso. O que eu assisti aqui nas últimas Sessões. O líder do governo fica policiando o que o cidadão aqui fala. Portanto, eu estou fazendo referência a um conselheiro municipal de Saúde, não é? Que o secretário, o que líder do governo foi na Tribuna fazer questionamento da Tribuna do que o cidadão aqui havia colocado. Isso é muito... Olha, muito indelicado isso. Se qualquer vereador ou líder tem problema com o cidadão que vem aqui na Tribuna livre falar, que faça de ofício à presidência da Câmara para que tome as devidas providências. E no caso do alinhamento, e no caso do alinhamento, não é, também, é o seguinte: mas é por isso, nobre vereador, que o secretário nessa situação do corte do plano de saúde, da ortopedia e dos R\$ 13 milhões que não estavam na dotação, que também não estavam, fica a seguinte pergunta no tema da saúde: que faltou saneamento, sim. Do orçamento da saúde para o orçamento do governo.

Agora, Sr. Presidente, me desculpa, já concluindo, para falar uma coisa que não está no tema: o acesso dos deficientes aqui na galeria. Pela oportunidade, que o senhor me dá alguns segundos para fazer essa colocação do acesso, mas com razão. O elevador aqui não tem acesso para que o deficiente que está na rua para chegar aqui na Câmara. Tinha a porta trancada com cadeado. A gente tem que entrar lá pela recepção de visita e tinha que ter todo um processo burocrático, que é por medida de segurança, que eu respeito. Então, eu gostaria que quando houvesse, até os vereadores aqui presentes também colaborar com os deficientes, para que seja liberado o acesso da rua para o elevador. Que é trancado a porta com o cadeado. Era isso que eu queria deixar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Obrigado, Sr. Eudes. Sr. Eudes, eu irei falar com o presidente da Casa. Eu estou presidente apenas dessa audiência, mas a sua reivindicação eu irei falar com o presidente da Casa sobre esse acesso.

Vereador Rafa, ele tem o tempo regimental dele... desculpa. Vereador Surfista, desculpa. Ele tem o tempo regulamentar dele para falar e o secretário só vai... no tempo dele ele fala o que ele quer ali, mas ele vai, o secretário só irá responder às perguntas pertinentes ao assunto, tá bom? Obrigado, vereador. Surfista, Thiago Surfista. Acho que o vereador Rafa deve estar falando de mim. Sr. Luiz Carlos, Conselho Municipal de Saúde.

O SR. LUIZ CARLOS - Bom dia a todos. O meu nome é Luiz Carlos, conselheiro municipal de saúde e do Conselho de Ética também do Padre Bento e representante JJM. Muita coisa já foi dita, só reforçando algumas questões, com relação à responsabilidade do conselho, nós temos consciência, né, da importância do conselho. E já foi reconhecido como falha a não participação do conselho nesse contrato e podem ficar certos que nós vamos, como sempre, estar atuante e com todo o cuidado nesse novo contrato, tá?





Já conversei de forma direta e indireta através de documento com o Sr. Secretário, com relação à uma necessidade que nós temos prevista em lei. Tem a verba, é a questão do SVO. Não dá mais para esperar SVO. E para quem não conhece, tá, a situação realmente física é precária e requer medidas urgentes. Já conversamos, estamos aqui só reforçando, né? O serviço de verificação de óbito. Tem portarias, tem fundo, tem repasse, ver onde está esse dinheiro, R\$ 450 mil/ano. Então, é até acima das nossas necessidades.

Com relação também ao que já conversamos, reforçando, uma instituição como o JJM, responsável por 51% ou mais dos nascimentos em Guarulhos, é o segundo maior hospital maternidade do Estado de São Paulo, não pode passar, já conversamos, por atrasos como passou. Isso realmente compromete o nosso melhor hospital. E gostaria até de saber, de ter uma resposta, eu penso que a resposta será positiva, se esses três meses que nós conversamos já está, vamos dizer, resolvido. Porque é muito importante não deixar a situação ficar ruim para depois tomar providências, né?

Com relação às obras, eu sempre debati obras aqui nesses 12 anos de voluntariado, quatro no Conselho Municipal. Então, ficou faltando uma série de coisas aí para a gente esclarecer. Por exemplo, com relação aí ao relatório de obras, eu pergunto: essa resposta pode não ter agora, mas ficou claro aqui também que o Conselho não participou, não foi comunicado, isso que vocês estão reclamando de tomar conhecimento anterior. Então, vai vir para nós inclusive completo, conforme determina o regimento dos quatro semestres, não... e não... o terceiro semestre. Então, obras, a pergunta é a seguinte: quanto representou em perdas as emendas? Houve perda de emendas, quer dizer, nomes dos equipamentos e dos valores. Quanto representou a solicitação de representação de prazos? Nós tivemos que fazer várias representações. E recursos devolvidos pela não utilização no prazo? É importante, vamos dizer, essa informação.

Quero, também, ressaltar a importância das ações concentradas, quer dizer, no início tivemos algumas falhas que fizemos a devolutiva dessas falhas, não saiu exatamente como todos desejavam, tanto gestão, principalmente o usuário, e que essas ações concentradas, talvez se estendam para as especialidades, para as cirurgias, que seja um crescimento e que nós, vamos dizer, tenhamos nas próximas, valendo-se das experiências das primeiras, melhores resultados, principalmente naquilo que nós nos comprometemos, não é? Nós nos comprometemos aí com alguns médicos, com dentista e tudo mais, e algumas dessas ações não tiveram os profissionais presentes, prejudicando. Mas valeu.

Uma outra questão, finalizando. A questão da falta de remédios. Quer dizer, foi dito por vários aqui, mas deixamos claro uma questão bastante antiga, a falta de remédios. Tem uma comissão de assistência farmacêutica no conselho que se debate. Vai procurar, vai fazer

CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 19 / 06 / 17



pesquisas. Nós estamos com 40% de faltas, não é? Então, na saúde o pagamento, o pagamento da falta muitas vezes é uma vida, né? E a falta, vamos dizer, de medicamentos realmente pode aumentar o nosso índice de mortes evitáveis, não é? Então, é fundamental que essa questão seja encarada, não importa aí os motivos da guerra, a paz é mais importante, o que é que aconteceu, o que não aconteceu. A gente tem que resolver esse presente aí, que é bastante...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Sr. Luiz, conclua, por favor.

O SR. LUIZ CARLOS - Eu vou concluindo, só ressaltar aquilo que já disse algumas vezes aqui, nós justificamos algumas coisas em relação à crise. Eu aconselho, tira o S e crie solução. Obrigado.

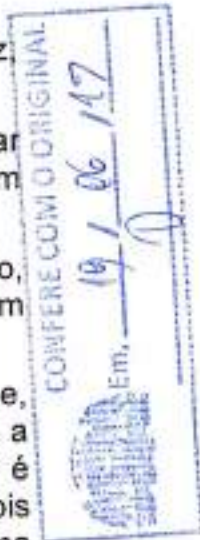
O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Obrigado, Sr. Luiz. Vereador Thiago Surfista, desculpa pelo ato falho, inclusive foram duas vezes. Mas o vereador Rafa deve estar falando da gente aqui.

Secretário, esses foram os inscritos na primeira etapa e, dependendo do tempo que o senhor levar para responder, eu abro ou não a palavra para os demais que se inscreveram, que eu acho o seguinte: se é sobre o tema, quem chegou depois da apresentação ou depois... ou depois quer fazer pergunta depois do tema, como que a pessoa vai fazer uma pergunta se a pessoa não esteve presente sobre a apresentação? Então, na verdade, lógico, se der tempo nós vamos abrir a palavra para os outros inscritos e o secretário vai fazer... responder as perguntas. Com a palavra, secretário, por favor.

O SR. JOSÉ SÉRGIO IGLESIAS FILHO - Bom, vamos para frente? Vereadora Genilda, eu não a conhecia pessoalmente. Muito prazer. As suas colocações aí são bastante preocupadas com toda essa questão. Eu quero dizer uma coisa, que nesse momento todo que eu estava ouvindo esse debate, essa é a primeira vez que eu venho aqui na Câmara debater saúde pública. Eu quero deixar bem claro a todos vocês que isso aqui para mim não é um ônus, isso aqui para mim é um bônus, tá? Eu e a nossa secretária, a Dra. Graciane, nós adoramos saúde pública. Em que pese críticas e colocações, a oportunidade de esclarecimento para nós é extremamente enriquecedora. E nunca seremos unanimidade, não. Mas vamos lá. Gostamos muito do que estamos fazendo aqui. Eu estou muito satisfeito. Eu saí de casa hoje de manhã preocupado, que eu me preocupo é quando não existe respeito, educação, consideração pela pessoa. E, hoje, em nenhum momento eu posso questionar nada disso. Os senhores foram demasiadamente respeitosos. Espero devolver esse respeito com trabalho e com produtividade.

Bom, deixa eu falar um pouco do HMU, que eu vou responder para várias pessoas a questão da Gerir, do HMU e tudo mais.

O Néelson vai explicar já, eu deixo para o Néelson explicar essa questão dos números. O HMU é o seguinte, gente: ó, eu trabalhei dez





anos no HMU. Eu vi a inauguração do pronto-socorro municipal de Guarulhos, em 1976. Secretário da Saúde, Sérgio Iglesias, prefeito Valdomiro Pompeu, em que perguntaram como é que um secretário tinha coragem de fazer um pronto-socorro tão afastado do centro da cidade. A Dra. Graciane trabalhou no HMU?

A SRA. GRACIANE DIAS FIGUEIREDO MECHENAS -

Dezoito.

O SR. JOSÉ SÉRGIO IGLESIAS FILHO - Dezoito anos. HMU, em especial, eu tenho um carinho muito grande por aquela instituição e por todos que trabalham lá dentro. Fez parte da minha vida por muito tempo. Eu nunca me esqueço o primeiro dia que eu cheguei no HMU, aquele pé direito baixo, onde era o antigo pronto-socorro, corredor onde tem as enfermarias de cirurgia, ainda continua com o pé direito baixo, e macas aos montes nos corredores, no chão, várias macas no chão, e eu para atravessar aquele corredor, eu fiz peripécias, e dali, indignado, fui questionar ao diretor do hospital, que destrato, que absurdo que se estava fazendo para a população, para a comunidade ali. Eu, como médico, me senti extremamente insatisfeito, desconfortável. Primeiro dia eu briguei, no segundo dia eu bati boca, no terceiro dia, quarto, fiquei, assim, desgostoso. Depois de 15 dias eu estava pulando as macas. O HMU, para quem trabalha lá dentro e vê, acompanha a degradação física que ocorreu nesse hospital, deprime a todos. Existiram várias soluções e muitas eu participei e vivenciei. Vamos fazer, vamos tirar o pronto-socorro aqui, a urgência e a emergência, desse corredor, vamos levar lá para o redondo, que o pé direito é maior, mais alto. Muito coerente. Eu estive na Unicamp. Eu fui à Unicamp ver esse projeto do pronto-socorro circular. Eu tive uma pós-graduação fora em que eu vi um pronto-socorro circular funcionando muito bem. Mas o que é que acontece para funcionar bem? Primeiro, você tem que ter um sistema de saúde que funcione bem. Segundo, se você superlotar, se você não tiver leito para admissão do paciente da urgência e emergência, não tem hospital que baste. Se você deixar todo mundo no pronto-socorro e a unidade de internação superlotada, e vai chegando, e vai chegando, e vai chegando, você não tem a dinâmica da alta do paciente. A permanência no pronto-socorro se torna um absurdo, vide aqui os números de taxa de ocupação. Taxa de ocupação é 90%, 115, 110. Isso reflete uma má gestão.

Outra falha que existe, histórica, em relação ao HMU: eu presenciei prefeito fazendo discurso que o sonho dele era que o HMU um dia desse 25 mil consultas, 30 mil consultas. Numa cidade em que faltam leitos hospitalares SUS, você querer transformar um hospital em unidade de atendimento de consultas de baixa complexidade como é 90% do que está, hoje, na porta do HMU, na porta de todos os hospitais da cidade, na porta das UPAs da cidade, isso, sabe o que é isso, gente? É a falha da atenção básica. A atenção básica que passou anos e anos fazendo atividade programática, que são importantíssimas, mas que tirou o paciente de baixa complexidade do atendimento da demanda espontânea reflete no paciente que, num momento





de desespero, de angústia, procura um hospital como o HMU ou qualquer hospital da cidade, porque sabe que bem ou mal tem um médico, tem um raio-X, tem o exame laboratorial. Só que isso desqualifica o modelo assistencial. E isso vai levando a essa condição que nós estamos vendo.

Em poucas palavras, esse é o diagnóstico situacional de Guarulhos hoje: a atenção básica com baixo nível de atendimento, promoção à saúde deficitária e tratamento a doença em hospitais que nós temos baixíssima quantidade de leitos e tudo mais.

Bom, não bastasse isso, quando eu assumi a diretoria de urgência e emergência do município, que foi o maior desafio que eu poderia assumir, eu tinha TAC do Ministério Público com relação ao HMU, laudo da Vigilância Sanitária do Estado condenando fisicamente o hospital, laudo da vigilância municipal, Coren e Cremesp com laudos e notificações. É uma pilha desse tamanho, está na Secretaria da Saúde para quem quiser. Acreditarmos que uma pequena reforma, uma ampliação de dez, 15 leitos, ou seja, uma alteração nesse sentido poderia viabilizar uma assistência melhor no HMU seria uma ilusão. Eu iria passar um, dois, três anos, sei lá quanto tempo eu vou ficar como diretor ou como secretário, é importante que todos saibam, além de eu não ser político, Sr. Elder, eu não sou apegado ao cargo, porque se der tudo errado, Sr. Eudes, se der tudo errado, eu vou ficar muito triste com a minha consciência, mas eu volto a ser médico e fazer aquilo que eu sei fazer acho que melhor que é a assistência médica. Mas eu assumi esse compromisso. Então, eu também não sou apegado ao cargo. Agora, nós tínhamos que ter uma solução muito rápida para o HMU. O HMCA, em situação não muito diferente, tá? Nicolau Falci, aquele povo da irmandade da Santa Casa que inaugurou aquele hospital em 1940 e poucos, um hospital que tem manilha. Quebraram o pronto-socorro há pouco tempo atrás por um problema de esgoto, tem manilha. Não tem tubo de PVC. Um telhado totalmente condenado. A prefeitura paga R\$ 80 mil por mês de aluguel. Então, como é que você vai pegar um hospital desse e transformar, fazer uma reforma enorme? Ele está lá, estamos na mesma dificuldade. Se o Coren, o CRM, todas essas instituições que foram lá, a Vigilância Sanitária, 'trocentas' notificações. Então, nós resolvemos pensar num modelo de solução de curto prazo para essa situação. Nós vamos ter... eu vou sair feliz dessa gestão se eu mostrar um número da atenção básica lá em cima e com menos necessidade de pessoas de baixa complexidade na porta dos hospitais. A porta do atendimento de urgência e emergência, se Deus quiser, serão as UPAs. Custe o que custar, porque não é um atendimento barato.

E, aí, nós idealizamos um modelo para essas instituições. O que nós pretendemos? Falar que uma reforma no HMU vai ser a solução, embora ela será feita pela Gerir, no HMU, além, além da contratualização de gerenciamento, existe uma obra que já deve ter começado e o compromisso da Gerir é que num prazo de no máximo nove meses a gente consiga o alvará da Vigilância Sanitária.





Eu estive na Promotoria pública, repactuando uma TAC e solicitei ao promotor público que a Gerir também fizesse parte da assinatura da pactuação se responsabilizando por essa conquista. Porque o último pedido de alvará no HMU está datado de 2003. Mas o que nós pretendemos para essas instituições não é simplesmente essa reforma no HMU, que vai otimizar um pouco mais e melhor. E nem no HMCA, que será a solução definitiva. Não é a solução definitiva, o gerenciamento. O que o gerenciamento traz de positivo? Facilidade de recursos humanos, facilidade nos contratos de manutenção que nós estamos enroladíssimos, além dos insumos e dos medicamentos. Uma série de modalidade gerencial mais dinâmica e mais rápida. Nós não temos tempo para continuar assistindo o que está acontecendo nesses hospitais há anos ou há meses. Ou alguém vai falar aqui que o HMU nunca virou manchete de jornal? Acho que era a unidade que mais era manchete de jornal. O HMCA também sofreu por isso. É óbvio, é onde está a maior complexidade, a maior gravidade. Então, essa responsabilidade é de todos nós. Não é do governo anterior, não é de qualquer partido que seja não. Quem assumiu hoje tem que responder por isso e rápido. Então, essa é a nossa proposta, que foi para que a coisa acontecesse de forma rápida.

Eu vou dar a melhor notícia para os senhores: o nosso projeto não para aí, porque isso não é solução. A solução sabe qual será? O sonho de todos nós, a construção de um hospital que possa acolher as duas instituições. Se Deus quiser, daqui alguns anos, e pouquíssimos anos, eu espero que nesse governo ainda, e o prefeito Guti já me falou várias vezes que pretende fazer isso nessa gestão, nós vamos erguer um prédio ali, se Deus quiser. Esse é o meu sonho, a minha meta, da Dra. Graciane. Vamos erguer um edifício como manda a arquitetura hospitalar moderna, vamos abraçar o Hospital Municipal da Criança. Pelo amor de Deus, que os maldosos da política não saiam falando que eu vou fechar o HMCA ou que eu vou acabar com o HMU. Não façam isso, porque não é o que eu estou dizendo. Eu estou dizendo que nós vamos construir uma instituição nova, um prédio adequado, tecnicamente correto, levamos, se Deus quiser, o atendimento hospitalar das crianças para esse hospital. Transferimos o HMU para esse hospital e transformarmos talvez o HMU num grande ambulatório, num grande centro de diagnóstico. O hospital da criança, por que não virar um hospital de cuidados paliativos que tanto falta nessa cidade? Que o Nipo-Brasileiro tanto prometeu e não lançou uma pedra fundamental até agora. Ou nós não precisamos do hospital de cuidados paliativos? O silêncio responde por todos.

Então, este é o caminho que nós vamos buscar, entendeu? Esse modelo. Então, daqui um tempo, se Deus quiser, se Deus quiser, nós não precisaremos mais desse modelo que nós temos que implantar, hoje, por uma urgência absurda em relação a todos esses órgãos responsáveis que nos fiscalizam.

As questões dos pagamentos em si, é um modelo de convênio que foi muito bem avaliado pelo departamento jurídico. Eu acho que os técnicos, as pessoas que têm mais habilidade nessa esfera podem e





devem discutir, porque como a própria vereadora falou, transparência é obrigação, não é mérito, não é verdade, vereadora? Então, isso eu acho que deve ser feito mesmo, essa discussão em relação às questões de caráter jurídico e financeiro. E eu vou responder várias perguntas que foram feitas em relação a repasse de recursos. Nós queremos mudar o modelo de repasse de recursos. Nós queremos que as instituições sobrevivam com um pouco mais de facilidade. Eu, particularmente, não gosto deste modelo em que a unidade trabalha, ela fica sem receber. Imagine um primeiro mês de um novo contrato que eu faça amanhã com o Stella Maris. Então, eu assino um novo contrato, um novo convênio com a Stella Maris, uma nova pactuação e falo: vocês trabalham 30 dias, daqui 30 dias eu meço e depois de 'X' dias eu pago. A instituição não consegue sobreviver. Infelizmente as instituições públicas têm muita dificuldade porque elas não têm o lastro e não têm aquele caixa que dê sustentação para esse capital de giro.

Então, o que nós pretendemos é criar um modelo em que o pagamento seja feito, o acompanhamento seja estritamente técnico e responsável. No final do primeiro mês a gente faz a avaliação e desconta no mês seguinte. Agora é o seguinte: com relação a esse desconto, também cabe uma coisa chamada, que existe na Saúde, que se chama sazonalidade. A Saúde ela não é linear, não é uma fábrica que produz automóveis e que, se invariavelmente, você tiver matéria-prima, funcionários, energia elétrica, você produz 5 mil carros/mês. A Saúde sofre com um processo chamado sazonalidade: crianças ficam mais com doenças respiratórias em determinado período, adultos tem... e assim vai. Então, mensalmente, avaliações criteriosas, descontos trimestrais, mas descontos de fato baseados naquela produtividade, e repactuação a cada seis meses dos serviços.

Uma outra notícia em relação a esse convênio com a Gerir: diferente de outros que nós já tivemos até então, ele pode ser rescindido a qualquer momento, sem ônus para a gestão pública. Eu posso daqui um mês rescindir o convênio com a Gerir se eu quiser. Eu não posso fazer isso com a Fundação ABC. Eu tenho que ficar com a Fundação ABC até abril do ano que vem. Não é uma crítica à Fundação ABC, mas talvez um modelo de convênio diferente. Nós estamos implantando essa forma de trabalhar.

Então, no demais, eu acho que com relação à questão de HMU, vamos todos torcer para que, de fato, venha um novo hospital para a cidade e que a gente contemple de uma forma mais adequada essa assistência para as crianças e para os adultos.

Esse é novo modelo que nós pactuamos no convênio e que poderá ser... o convênio inclusive, a vereadora Janete já tem uma cópia do convênio, acho já que entregaram, não é, vereadora? E o convênio está lá. É de domínio público. Todos...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JOSÉ SÉRGIO IGLESIAS FILHO - Vereadora, eu te entendo. É que esse convênio não segue os modelos dos convênios





anteriores, mas a sua pergunta é pertinente. Eu acho que cabe uma resposta da Secretaria de Finanças, de toda a Prefeitura nesse sentido.

Bom, com relação... eu vou deixar o Nelson explicar a movimentação financeira, que várias pessoas perguntaram em relação à lpref, e o saldo de caixa de R\$ 80 milhões.

O SR. NELSON SERRANO - Como eu disse no começo da apresentação, todo o orçamento, toda a receita, ela é separada por blocos. Então, dentro da Secretaria de Saúde, nós temos diversas ações, diversos projetos. Então, todas elas são separadas, desde atenção básica, média e alta complexidade, vigilância, diversos convênios que nós temos. A somatória de todas as nossas contas, elas totalizam 80 milhões. Então, é um valor muito grande em relação ao que a gente está falando dentro da Secretaria de Saúde, mas nós, como, por exemplo, nós temos investimentos, recursos aguardando alguns projetos do Hospital Pimentas, 2,7 milhões aguardando novos projetos. Então, quando você faz a somatória desses valores é que se aparece muita coisa.

Em relação onde nós temos mais despesas, que é média e alta complexidade e a atenção básica, esses recursos, eles vão sendo mensalmente depositados e mensalmente gastos em relação a isso. Então, o problema maior da gente, hoje, é em relação à despesa, que elas começaram a ser executadas a partir do quarto mês, porque nós tivemos diversas alterações dentro da execução orçamentária e aí começam a ser executados. Então, os 80 milhões, eles não podem ser gastos aleatórios, eles são pontuais, não se gasta a não ser dentro da caixa, tá?

A SRA. GRACIANE DIAS FIGUEIREDO MECHENAS - E da movimentação, o remanejamento da lpref.

O SR. NELSON SERRANO - Ah, em relação, só para falar em relação à movimentação orçamentária. Então, no começo do exercício o governo precisou fazer algumas movimentações orçamentárias, de um remanejamento que já tinha sido feito em 2016. Ele acertou agora em 2017 tirando orçamento, dentro do orçamento da Secretaria da Saúde, mas no decorrer do ano, ele já vai voltando normalmente. Um exemplo foram esses 40 milhões que foram feitos agora dentro do exercício. No decorrer do ano, com certeza, esses recursos voltam para a gente, provavelmente, vai precisar muito mais, né? Então é só um exemplo do que foi.

A SRA. GRACIANE DIAS FIGUEIREDO MECHENAS - Com relação aos Caps, essa alteração e esse aumento de produtividade foi, principalmente, com relação ao cadastro e aí a real realização. Então, provavelmente a gente teve uma perda de prestação no último trimestre e essa reorganização de faturamento, de produção foi o que elevou esse número. E, com relação ao Caps ainda, eu acho que é uma pergunta do Sr. José Roberto. O Caps Bom Clima foi habilitado, a gente está aguardando





somente a publicação e o Caps Tear, ele é um Caps de um modelo diferente, a gente está readequando a implantação perante o Ministério.

Daquela maneira como ele funciona a gente não vai conseguir habilitar daquela maneira, então, a gente está encontrando uma outra maneira para que ele possa ser habilitado. Mas o Bom Clima, a gente teve a grata surpresa – no mês passado – de que ele foi habilitado, mas a gente está aguardando a publicação, ficou pendente essa questão do Caps.

Para ajudar o Dr. Sérgio, que só ele fala, com relação ao centro de terapias, de fato, agora é sob governabilidade da Secretaria de Saúde. A gente tem a intenção de ampliar os serviços, em várias unidades. Várias unidades já têm um pouquinho de terapias naturais, algumas coisas vão aumentar, outras vão ser remanejadas.

Só que o problema lá, daquela unidade, é que a maior parte dos serviços eram prestados por... não eram funcionários, eles eram voluntários, eram voluntários e essa questão deixou muito a desejar. O que a gente está fazendo é trazendo pessoas que são do quadro, que têm essa habilidade, então, acupunturistas, pessoas que tenham especialidades nas terapias naturais. A Eneida, que é uma velha conhecida da secretaria, está como gerente da unidade, ela é uma pessoa bastante competente. Foi um desafio grande que a gente deu na mão dela.

A gente conseguiu, agora, algumas reformas em parceria com a Secretaria da Educação, porque lá dentro nós também vamos manter uma parte da Educação. Vai ter uma biblioteca naquela área, então a gente não pode deixar de dizer que aquela parte também vai ser um centro integrativo. Então, a gente está tendo uma parceria grande com a Secel, para que isso aconteça. Então, eu acredito que a gente vá ampliar as ofertas com uma regulamentação. Esse centro pode ser cadastrado, também, perante o Ministério, ele é reconhecido, e a gente passa até a ter produção, coisa que não acontecia. Então esse arranjo, gente está avançando.

Também lá, e de primeira mão, ficará com atendimento de pediatria nas avaliações das crianças que precisam fazer atividade física. Tem que ter avaliação clínica prévia, com atestado, será lá a referência para essas crianças em parceria com a Secel. Quem vai atender lá é a Dra. Telma, também é uma velha conhecida da Casa. Ela vai para lá para fazer essa missão, que a gente tem que aumentar a atividade física. Com isso, a gente está fazendo prevenção, de uma outra maneira a não, lá na frente, gastar com obesidade, que é o grande problema do município hoje. Não mais desnutrição, pasmem, e sim a obesidade. Então, essa ação que a gente está tendo que fazer, estimulando a atividade física e não deixando de fazer a atividade física porque não tem o atestado. Então, esse é um outro movimento que a gente está tendo com relação aos centros de terapias naturais. Se deixar eu falo mais, já vou passar para o meu chefe.

O SR. JOSÉ SÉRGIO IGLESIAS FILHO - Bom, uma pergunta bem pontual que a vereadora fez e que serve para todos também,





ela falou: "Dr. Sérgio, vai fechar alguma UBS, sim ou não?". Não, já vou pôr um *plus*. Não temos qualquer processo de passar o gerenciamento de UBSs para outras instituições que não seja municipal, isso não está na nossa programação.

Com relação às obras, a questão de habilitação, desabilitação das obras, foram muitas perguntas nesse sentido. Antes de vir para cá, hoje cedo, o prefeito, esse prefeito me faz acordar muito cedo. Eu fui em reunião de sábado, domingo, e hoje 7h e meia da manhã eu estava lá com o prefeito, para falar, justamente, essa questão de desabilitação de obras e de devolução de dinheiro.

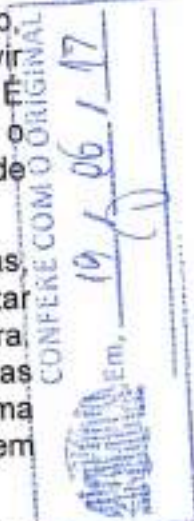
Nós temos 15 obras desabilitadas, 15 obras desabilitadas, nós temos que devolver 1,6 milhões e essa desabilitação poderá nos acarretar uma perda de até 9 milhões. Isso me preocupou muito. Eu estive com a Sra. Ângela Jorge lá no fundo, que nos ajuda muito nesse sentido, fizemos várias gestões em Brasília, o Dr. Roberto Lago esteve em Brasília pedindo uma prorrogação de prazo para todas essas obras, e nós estamos esbarrando em uma série de dificuldades.

Essas obras, quase na sua totalidade, elas são divididas em dois blocos. Um bloco que estariam para ser construídas pela Proguaru, e poucas pela Caixa Econômica Federal ou recurso. E o que acontece? De recurso da Caixa Econômica Federal, a gente, via Secretaria de Obras, e as outras, via Proguaru. A Proguaru não tem CND e esbarra em uma dificuldade enorme para que a gente possa viabilizar qualquer possibilidade de construção a curto prazo nesse sentido.

Fiz gestões a um deputado da cidade para que tentasse prorrogar um pouco mais. Estou muito preocupado com uma obra específica, que é do Jardim Presidente Dutra, que nós temos R\$ 1,2 milhões. Essa obra está para começar, liberada, desde 2013. Esse recurso já foi solicitada a devolução, por que essa obra em especial? Não é porque eu tenho qualquer afeição específica a esse bairro. Porque essa obra é zero de contrapartida municipal, e com esse dinheiro eu consigo fazer a obra inteira. Então, dá muito dó perder essa, como todas as outras, mas essa, em específico, é muito crítica.

E o Ministério nos solicitou já a devolução de uma parcela paga. Nós entramos com recurso, o Ministério nos concedeu um prazo muito exíguo para que iniciemos a obra, algo em torno aí de 30 dias, sendo que nós estamos esbarrando em todas essas dificuldades. Então, aí entra a gestão política, não é verdade? Mas assim, isso foi discutido hoje com a Proguaru, se Deus quiser, vamos acabar encontrando algum mecanismo, a Proguaru iniciaria muito mais rápido do que a Secretaria de Obras. Porque a Secretaria de Obras vai passar por um processo licitatório, vão passar vários meses e a gente não quer perder esses recursos. Então, nós estamos sensíveis sim a essa dificuldade aí. Bom, D. Rosália.

– Manifestações em Plenário.





O SR. JOSÉ SÉRGIO IGLESIAS FILHO - Não, eu não pulei ninguém.

A SRA. GRACIANE DIAS FIGUEIREDO MECHENAS - Pulou o Zé Luiz. Tem uma questão do Zé Luiz com relação ao HMU, eu acho que em algum momento a gente se perdeu e, de novo, a nossa culpa com relação a não entrega prévia. O HMU teve um aumento de 12,98% de internações, nesse primeiro trimestre. Então, ele teve um aumento, mas não é objetivo da nossa secretaria e da nossa administração aumentar atendimento na área de urgência e emergência, porque é o nosso fortalecimento, isso já teve uma repercussão, é aumentar o atendimento na atenção básica. Então, com relação ao HMU, teve aumento, infelizmente. E eu espero que no próximo quadrimestre a gente mostre uma redução. Eu sou oriunda de lá, 18 anos trabalhando na porta, e meu sonho é ver aquele hospital atendendo urgência e emergência com dignidade. Não é o que a gente faz hoje, não será o que faremos nos próximos 30 ou 60 dias, quiçá em nove meses.

Então, é um desejo, sim, de quem cresceu lá dentro e conhece cada rato daquele hospital. Não, cada burquinho eu conheço como a palma da minha mão. E eu quero muito que aquilo cresça e evolua, mas não é aumentando o número de atendimentos e sim atendendo com qualidade, com atuação mais responsável da gestão pública naquele quesito. Então, é um sofrimento para quem vê aquelas macas, não é rápido, a solução não vai ser rápida, mas ela vai ser uma solução a médio prazo, não a curto prazo.

O SR. JOSÉ SÉRGIO IGLESIAS FILHO - E a Paraíso?

A SRA. GRACIANE DIAS FIGUEIREDO MECHENAS - Ah, PA Paraíso. A Janete, sempre falo, que ali é uma questão de honra. Está aqui uma representante de uma filha de uma conselheira que sabe a batalha. É uma verba de 2008, pasmem, que era São João e Paraíso, uma reforma, 1 milhão e pouco de cada um. Essa verba não foi utilizada, foi revertido, São João para o Paraíso, então toda essa verba foi para o Paraíso. E a Sandra, semana passada, esteve na Caixa Econômica, já foi aprovado. A planta já foi aprovada. Agora, os próximos passos são passos específicos da Caixa Econômica, mas eu acredito, piamente, que isso vá acontecer esse ano. Pelo menos o início da reforma, é uma transformação do PA em UPA 3, com ampliação de leitos de observação, com um remanejamento e também um aumento de atendimento para ortopedia, inclusive.

E isso é uma coisa que, para mim, é uma questão de honra. Eu fui oito anos gerente daquela unidade, tenho um amor e um apreço muito grande por aquela unidade. Quero muito que ela se transforme em uma UPA, porque aquela região é uma região extremamente numerosa de população e que necessita muito de um equipamento adequado. É um pé direito baixo, é uma unidade, que aos pouquinhos, a gente foi melhorando a ambiência, mas longe do adequado. Então, PA Paraíso, isso vai acontecer. Foi uma pergunta do Sr. José Roberto que acompanha de perto lá, ele está sempre lá. Obrigada.

- Manifestações em Plenário.

CONFERE COM O ORIGINAL.
Em, 19/06/17



A SRA. GRACIANE DIAS FIGUEIREDO MECHEAS – Cirurgias eletivas, a gente teve um decréscimo de cirurgias ambulatoriais. O nosso objeto é ampliar... muitas das cirurgias feitas dentro do HMU, de maneira inadequada também, porque é um hospital de urgências, e lá não é para a gente ter atendimento ambulatorial, tampouco eletivo. Então, a gente está alterando para se ampliar, tanto no Cemeg Centro, que a gente vai aumentar o número de cirurgias e pequenas cirurgias, quanto em outras unidades, e que já está prometido, pelo governo estadual, uma AME Mais, isso é muito importante para a gente.

O ABC tem três AMEs, o custeio é do Estado, a única exigência deles é que seja um imóvel próprio e a gente já conseguiu um imóvel. Onde era a antiga Secretaria de Educação, já foi cedida para a gente, a gente já está com a planta do local, para que a gente transforme aquela unidade. E a obra é nossa, tem que ser nossa. Só após o... primeiro a gente tem que ter uma conversa com o Estado, um engenheiro do Estado vem visitar essa unidade, vê se... isso vai acontecer essa semana. Essa área vai ser referendada e aí vai ser adequada conforme o que o Estado conceber. Aí, depois, a gente vai fazer toda a obra e, provavelmente, eles disseram em um ano e meio, dois anos a abertura da AME Mais com o custeio do Estado. Isso é um avanço muito grande, porque há uma necessidade de cirurgias ambulatoriais cada vez mais crescentes. A gente teve uma grande, um pequeno aumento, mas eu acho que vai ampliar agora, no próximo quadrimestre, com relação ao Padre Bento e Hospital Geral, em oferta de ambulatório. A gente estava em uma situação bem ruim com relação às vagas ambulatoriais deles, eles ampliaram um pouco, mas tem muito a avançar ainda. O menor repasse, quando vocês olham a questão de repasses federais, é o repasse estadual, é a menor parcela de colaboração com o município é do Estado. Então, a gente precisa muito que isso se amplie.

Então, a gente está pedindo, com frequência, apoio do Estado, eles têm olhado melhor para a gente. Uma outra coisa é a carreta da mamografia, que faz bastante tempo que ela já esteve em Guarulhos, mas por uma única vez. Já está na agenda deles a carreta da mamografia esse ano, não tem a data ainda, mas já está prometida a vinda da carreta. Isso também é um avanço na parceria com o Estado. A gente precisa ampliar todos os recursos. Então, essa é uma busca incessante da nossa secretaria.

O SR. JOSÉ SÉRGIO IGLESIAS FILHO - Para encerrar rapidinho, o SVO, Sr. Luiz. O SVO, já estão mexendo no telhado hoje. Já falei com a Sandra, também da infraestrutura. Temos, de fato, recursos. Vamos fazer tudo que for possível para que a gente tenha uma melhora rápida e emergencial, porque a unidade precisa, de fato, e está encaminhando, está andando, pode ter certeza.

E, para encerrar, Dona Rosália, eu queria agradecer a senhora, como várias outras pessoas da comunidade, que em um gesto de





cidadania, têm nos ajudado em limpeza, em higienização ao redor das unidades, nos terrenos e tudo mais.

Senhores, muitíssimo obrigado pela paciência, pela tolerância. Desculpe o meu...

– Manifestações em Plenário.

A SRA. GRACIANE DIAS FIGUEIREDO MECHENAS

Uma questão, SPDM... olha, depois ela vai te cobrar.

O SR. JOSÉ SÉRGIO IGLESIAS FILHO - Pimentas e Bonsucesso continua hoje, – não é – Mas olha, não, Pimentas, Bonsucesso, nós estamos encaminhando para um processo de provável chamamento público, e o conselho será avisado, participará de toda essa questão.

– Manifestações em Plenário.

O SR. JOSÉ SÉRGIO IGLESIAS FILHO - Não. É, e o J.J., assim, como todos, se Deus quiser, nós vamos trabalhar com pagamento prospectivo. Assim a gente... eu acho que essa é uma forma, mas isso não tira em nada a nossa obrigação de fiscalizar e estar em cima.

Senhores, muito obrigado a todos. Desculpe por termos nos estendido demasiadamente, mas como é uma primeira conversa, a gente deixou muito bem claro o nosso modelo de gestão e a nossa forma de atuar. Muito obrigado a todos. Tenham uma excelente semana, adorei estar aqui com todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Pessoal, secretário, eu gostaria de um pouco mais de paciência do senhor, por favor, tá? Porque tem algumas pessoas que se inscreveram em seguida. Eu só peço o seguinte, por favor, que se atenham ao tema e sejam breves nas suas colocações. Por favor. Tenha um pouco mais de paciência, por favor, secretário, Porque eu fiz, dos que tinham inscrito, agora são os demais, tá? Zélia de Brito, por favor, D. Zélia.

A SRA. GRACIANE DIAS FIGUEIREDO MECHENAS - Tem um limite de horário?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Sim.

A SRA. GRACIANE DIAS FIGUEIREDO MECHENAS - Porque a gente tem reunião às 2h. São quatro pessoas?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Não, quatro horas de Audiência Pública.

A SRA. GRACIANE DIAS FIGUEIREDO MECHENAS - Começou às 9h, já passou.





O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - D. Zélia, seja breve, por favor, porque tem outra Audiência Pública às 14 horas, por favor.

A SRA. GRACIANE DIAS FIGUEIREDO MECHENAS - Ela está sem som, gente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Som, por favor.

A SRA. GRACIANE DIAS FIGUEIREDO MECHENAS - Ela achou que tinha acabado.

A SRA. ZÉLIA DE BRITO - Quero cumprimentar a todos, inclusive a Mesa, pelo plano público de saúde, Sistema Único de Saúde.

Secretário, no dia 9/3 teve uma reunião do Conselho Municipal de Saúde, onde o senhor colocou, até eu anotei aqui: *"Idealizou em projeto e agora a realidade é outra"*. Não é? O senhor colocou. E, depois, em 23 teve uma outra reunião, onde a Dra. Ana foi fazer apresentação do Sispacto, se não me engano foi 24, alguma coisa, do mesmo mês. Mas a minha questão é bem rápida.

Eu estive nas reuniões e lá foram colocadas algumas questões e, eu não cheguei tão atrasada aqui na audiência. Sobre a população em situação de rua, que foi colocada em um organograma, em uma questão chamada assuntos difusos. Agora, essa cidade resolveu que tudo é assunto difuso. E eu quero colocar, antes de eu fazer a minha pergunta, eu queria colocar uma introdução simples, e o senhor é médico, a Dra. Graciane está aqui, também é médica, e sabem bem do que eu vou falar. Essa cidade vive uma epidemia, há muitos anos, de violência. Seja, eu não vou entrar no mérito de todas as violências, mas eu vou entrar em duas: ao abuso sexual à criança e ao adolescente e a violência à mulher.

Eu não consigo entender, eu sou muito ignorante, não consigo entender como vai em assuntos difusos uma questão da violência à mulher, a violência ao idoso, a violência à criança. Eu vi publicado, também, no boletim oficial, um grupo que ia discutir a questão do fluxo para o atendimento da questão da violência sexual à criança e ao adolescente. E para eu entrar na questão da população em situação de rua. Olha, eu queria que vocês me explicassem quantas pessoas foram atendidas, da população em situação de rua, na equipe do Consultório de Rua, que estava em funcionamento nessa cidade. Mal, meio difícil, com dificuldades, mas estava. Quem é essa equipe hoje, porque eu ando pela Praça Getúlio Vargas e eu fui também lá embaixo, no Parmalat, que todos nós conhecemos, e eu não encontrei a equipe. Então, eu queria saber quem é essa equipe, quando ela funciona, qual o horário que ela funciona, quanto custa isso e quais foram os atendimentos nesses seis meses.

Outra questão que eu queria colocar, sobre a questão do Nipo. As pessoas que estão agendadas para as fisioterapias, dia 1º de junho,

CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 19 / 06 / 17



para o atendimento do consultório ambulatorial, como que elas vão fazer? Elas vão estar... está sendo já direcionado para onde vai, em algum lugar? E para eu colocar sobre a questão geral, o problema dos conselhos não serem consultados – viu, pessoal de saúde? – não é só com vocês não.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Conclua por favor, D. Zélia.

SRA. ZÉLIA DE BRITO - Eu vou concluir. Porque o plano de saúde, o SUS, ele coloca muito bem claro, é tri, é: usuários dos serviços, trabalhadores e a gestão. Eu não consigo entender como que desarticula um conselho, uma população que precisa de um atendimento tão específico, que é a população em situação de rua, e não chama os conselhos.

E, para eu finalizar, secretário. Foi criado, também, um grupo intersetorial onde vai se discutir a política sobre droga. Tem que ser o contrário: são os conselhos que deliberam a política para alguém cumprir! Então, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Conclua por favor, querida.

SRA. ZÉLIA DE BRITO - Eu já vou concluir, vereador. Se o senhor pudesse rever essa questão, incluir os conselhos nesse grupo de trabalho. Porque os conselhos são os deliberadores de política pública. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Obrigado, D. Zélia. O próximo é o ex-secretário, Dr. Carlos Derman. Secretário, não vai responder aqueles questionamentos que o senhor vai responder no Conselho Municipal de Saúde, por favor. Porque o tempo já estourou e tem mais cinco audiências hoje à tarde.

O SR. CARLOS CHNAIDERMAN - Bom dia, eu teria questões para falar aqui por mais de uma hora, mas devido à hora em que estamos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Obrigado, Sr. Ex-Secretário.

O SR. CARLOS CHNAIDERMAN - Devido à hora em que estamos, eu vou resumir bastante. E me coloco à disposição do Conselho Municipal para esclarecer qualquer dúvida – viu, Antônio? – de preferência, no Pleno.

Eu quero falar sobre a questão da falta de medicamentos e insumos. Porque tem dito que a culpada é a gestão passada que deixou dívidas, não é isso? Isso é o que mais se ouve. Quero comparar quanto se gastou, nesses quatro meses, com medicamentos e insumos, quanto se gastou um ano atrás, é simples isso. Na verdade, a explicação está naquilo que o Sr. Nelson falou, que é uma nova burocracia, uma dificuldade de fazer os pagamentos.

CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 19/06/17



Veja, tem um tipo de gasto que se chama material de consumo da Secretaria de Saúde, que nesses quatro meses, estava lá na apresentação, foi gastado 2.643.215,00. Agora, foi gastado também, isso não está na apresentação, mais 2.159.490,00, com material de consumo em restos a pagar. Então, em total, se gastou, nesses quatro meses, 4,8 milhões com material de consumo. Sabe quanto se gastou nesse mesmo período, ano passado? Onze milhões e 12 mil.

Então, na verdade, o que aconteceu? Que em janeiro, por exemplo, em janeiro, o gasto nesse item foi zero, se gastou nada, não se pagou nada de material de consumo em janeiro. Fevereiro, se pagou um pouquinho e em março e em abril, outro pouquinho. Então, por isso, as empresas pararam, mas se tivesse mantido o pagamento, como é feito todos os anos, não teria havido esse grande desabastecimento.

Existe outro ponto da prestação de contas que são os pagamentos em materiais e insumos de distribuição gratuita. Porque é separado, então esses são os pagamentos daquilo que é distribuído gratuitamente, seja medicamento, seja fralda e outros insumos. Nesse quadrimestre do orçamento vigente foram pagos 633.291,12 de materiais e insumos de distribuição gratuita.

Em restos a pagar foram pagos 1,682 milhão. Então, em total, se pagou 2,3 milhões. Sabe quando se tinha pago, no primeiro quadrimestre de 2016, de materiais e insumos de distribuição gratuita? Oito milhões e meio. Então, agora se pagou 2,3 milhões. Um ano atrás, em quatro meses, se pagou 8,5 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Conclua,
por favor.

O SR. CARLOS CHNAIDERMAN - Sobre restos a pagar. A Secretaria da Saúde já pagou, nesse quadrimestre, 40 milhões de restos a pagar. No primeiro quadrimestre de 2016, tinha pago 82 milhões dos restos a pagar de 2015.

Só para concluir, é importante esclarecer porque que aumentaram as AIHs no HMU, Dra. Graciane? Porque se pensar o HMU sempre esteve superlotado, sempre esteve com 110%, 130% de capacidade. Aumentou o número de AIHs porque o ano passado nós conseguimos habilitar mais leitos, foi isso que aconteceu. A explicação para esse aumento de AIH é que nós conseguimos, no segundo semestre de 2016, habilitar leitos tanto no HMU quanto no HMCA.

Por último, a Dra. Graciane fez bem em explicar o porquê do aumento dos atendimentos no Caps. Não é que os Caps atenderam mais, é que houve um melhor gerenciamento, houve uma melhor anotação, passou para o sistema aquilo que foi feito. A mesma coisa ocorreu na atenção básica. Nós, o ano passado, tivemos o início da implementação do e-SUS, tivemos enormes problemas de conexão, de rede. E nós investimos, no final do ano

CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 19/06/17



passado, para que esses problemas fossem resolvidos e aí diminuiu o problema de rede, de não conseguir passar os dados para o sistema. E, além disso, o pessoal treinou no e-SUS e pôde cadastrar as informações.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Conclua, por favor.

SR. CARLOS CHNAIDERMAN - Eu, a última, só para concluir. Eu quero lembrar ao Dr. Iglesias e a Dra. Graciane, que eles ingressaram na prefeitura através de um concurso público. Não foi através de uma indicação política, não foi batendo na porta de alguém, foi através de um concurso público, estão de parabéns. Agora, para entrar para trabalhar em um hospital de Guarulhos não vai ser mais através de um concurso público. Vai ter que montar uma pessoa jurídica e ir pedir, por favor, para Gerir, para trabalhar, isso está bom? É isso que queremos acabar com o concurso público?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Conclua, por favor. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Sr. Pedro Gomes. Sr. Pedro, seja breve, por favor, porque senão não vai dar tempo de responder. Nós temos mais seis minutos.

O SR. PEDRO GOMES - Boa tarde a todos, meu nome é Pedro Gomes, por enquanto, enquanto não for julgado eu continuo conselheiro, não fui notificado ainda.

Eu gostaria de fazer uma pergunta para os demais, principalmente para a Mesa, embora não chegamos no horário, como o presidente já falou aqui, mas já sabíamos de todas as dificuldades e de todas as contas. Principalmente no mês de fevereiro, foi uma das questões que perguntamos - não é Rogério? - para a gestão, quando que seria apresentado o 1º Quadrimestre da Secretaria da Saúde. A minha pergunta, baseado nessa Gerir que aí está, e também sobre a Fundação ABC e a Fundação SPDM.

No mês de março, nós tivemos uma reunião, onde esteve presente o Nelson, e foi apresentado um valor de R\$ 929 milhões, ou seja, quase R\$ 1 bilhão, que foram repassados do Tesouro Municipal para uma única conta. Uma única conta tinha esse dinheiro depositado, de R\$ 929 milhões. Para fazer o pagamento e, naquela ocasião, até questionamos, desse dinheiro para o Norberto, sobre o atraso nos pagamentos da empresa, Fundação ABC e SPDM. Naquela ocasião, tinha sido depositado em Diário Oficial, pelo menos em Diário Oficial, 7 milhões para a Fundação ABC, aliás para a Fundação SPDM, mas na realidade só caíram 4 milhões. E para a Fundação ABC, e logo, posteriormente, foi depositado o restante dos 3 milhões que completou os R\$ 7 milhões.

Mas assim, a questão era, e a questão é agora nesse orçamento que está aí, sobre a finança: o pagamento vai ser feito com as





empresas terceirizadas em dia? Foi falado, no mês de março, que ia ser em dia e nós temos visto um atraso imenso aí para esses profissionais, causando prejuízo para eles, que têm dívidas a pagar, que têm aluguel, que têm faculdade, que têm empréstimo e entre outras coisas mais.

Voltando, então eu gostaria de saber se esse pagamento vai ser feito em dia, não vai ser feito em dia para as finanças, para o Norberto. Não só da Fundação ABC, como da Fundação SPDM também. Esse documento, existe um documento na Secretária Municipal de Saúde, de uma conta do Banco do Brasil que está depositado esses R\$ 929 milhões. O Sr. Presidente estava presente na reunião e lembra muito bem desse dinheiro.

Mais uma outra coisa, a respeito do adiantamento dos 13,5 milhões que foram aí feitos para a Gerir. Nós também tivemos um aditivo de R\$ 330 mil, que foi direcionado 100 milhões para o PA Paraíso, aliás, R\$ 100 mil para o PA Paraíso, R\$ 100 mil para o PA Maria Dirce e R\$ 130 mil para a UPA São João. E a Fundação ABC, isso para fornecimento de material, de medicamento e insumo, e a fundação ABC, ela teve que fazer o quê? Ela primeiro trabalhou...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Conclua, por favor.

O SR. PEDRO GOMES - Para concluir. Ela primeiro trabalhou com o que ela tinha, para depois receber e ainda recebeu atrasado ainda. Porque teve um atraso de mais de 13 dias para receber. E agora com a Gerir é diferente, ela depositou antes para fazer depois. Como que funciona isso?

Para concluir, Sr. Presidente. O Sr. Secretário de Saúde, Dr. Roberto Lago, que eu tenho um respeito muito grande por ele, ele fez um vídeo renunciando, no dia 26, ou foi dia 27.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Conclua, por favor.

O SR. PEDRO GOMES - E o contrato da Gerir foi assinado no dia 2, ou seja, seis dias ou sete dias depois da sua saída. Eu gostaria de saber a explicação disso daí. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - O próximo é o Dr. Lemuel, representante da OAB. Doutor, nós temos mais quatro minutos para encerrar, provavelmente, talvez fique sem resposta. Sr. Secretário.

O SR. JOSÉ SÉRGIO IGLESIAS FILHO - Só uma resposta eu preciso dar.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Tudo bem.

O SR. LEMUEL LAUTON - Boa tarde, meu nome é Lemuel, sou presidente da Comissão de Apoio à Segurança Pública da OAB Guarulhos, e aqui trago um abraço do nosso presidente,

CCIFERE COMO ORIGINAL
Em, 19/06/17



Alexandre de Sá. Quero também saudar aqui os parlamentares na pessoa do presidente dessa Mesa.

Rapidamente, aqui, uma questão que envolve aqui até a vereadora Janete. Nós tínhamos um expediente na OAB sobre a criação do Hospital de Referência da Mulher no JJM e aqui uma indignação. Esse expediente foi aberto em 2011, foi arquivado depois, por sugestão da Procuradoria-Geral do Estado, junto com a Secretaria de Segurança Pública. Porém, voltou para os cofres públicos uma verba até que a Janete tinha conseguido por falta de continuidade nesse projeto.

Antes de mais nada, eu quero deixar aqui, a nossa instituição é uma instituição apartidária, e podemos falar aqui com isenção. Então essa é uma questão. Temos um prédio lá, do JJM, reabrimos, desarquivamos esse projeto, esse expediente. Estamos assiduamente trabalhando, já estamos marcando uma reunião com os deputados estaduais daqui de Guarulhos, juntamente com os deputados estaduais da Comissão de Saúde, mais os da Comissão de Segurança Pública em São Paulo. Assim que tiver essa reunião marcada, comunicarei algumas pessoas que é importante que estejam lá, inclusive os secretários de Saúde.

E assim, segundo, estivemos lá falando com os presidentes, que é o Dr. Nelson e o Dr. Celso Limongi, e até para propor, aí precisa ver as viabilidades, uma parceria público-privada, onde envolvesse a prefeitura, o Estado e empresas. Nós temos aqui grandes empresas, aqui no município, a começar pela Bauducco. Principalmente empresas ligadas ao consumo de produtos para mulheres, por exemplo, a Trifil, Boticário, a Natura, que também não é aqui, mas a gente sabe que essas empresas contribuem, fazem doações.

O que a gente poderia fazer aí, a quatro mãos, a seis mãos, a oito mãos, para dar efetividade e colocar esse hospital em uso. Só quero aqui fazer uma pequena consideração, que me comoveu, para que eu tomasse essa atitude e levasse essa causa à OAB. Eu atuando no papel de advogado, recentemente, fui contratado por uma família para defendê-los, para acompanhá-los, inclusive, duas menores que foram estupradas, estupro de vulneráveis, foram encaminhadas ao DP. É uma criança de 11 anos, uma de 15 anos, foram estupradas, fomos ao DP, lamentavelmente, aguardamos por 15 horas para que fosse feito algum desfecho, algum boletim de ocorrência.

Precisava fazer o exame ginecológico nessas crianças. Fomos, procuramos, pedimos que a Polícia Civil cedesse a viatura, falaram que não podia porque não era competência deles. Pedimos ajuda da Polícia Militar, não tinha viaturas disponíveis. Liguei no Conselho Tutelar, não tinha viatura disponível e também pedi o apoio da GCM, também não consegui. Ou seja, foram liberadas as crianças, sem fazer o exame, sem fazer esse exame ginecológico não tem como punir o eventual réu.

COPIA EM COM O ORIGINAL
Em 19/06/17



Então, isso assim, nos choca. Não falo aqui enquanto advogado, não falo enquanto instituição, falo aqui enquanto cidadão que também sou pai de mulher também. Isso é uma questão que gostaria... segunda questão, questão do SVO. Não sei se hoje já mudou, um ano atrás, eu tive um problema gravíssimo no SVO da seguinte maneira. Não se tinha lá ar-condicionado. Tinham seis ventiladores, cinco quebrados, um funcionando, umas macas corroídas por ferrugens, onde se apoiava sangue humano, que as pessoas desnudas, nove corpos, desnudos, um balde, pingando sangue dentro de um balde. Assim, não sei se ainda está dessa maneira, estou falando de uma situação que eu fui contratado, também, para fazer o reconhecimento de corpo e me deparei com esse quadro.

Por último, e aqui não menos importante, uma observação, um alerta para os órgãos de saúde, para essa Casa de Leis, para os parlamentos, para a sociedade civil de um modo geral. Temos um problema gravíssimo no nosso município, que não caia no descaso. Nós temos um problema na ampliação do aterro sanitário, onde, ali, nós temos muitas aves, urubus. Isso quem nos trouxe foi a ONG Chico Mendes, que eles têm um *drone*, o *drone* não consegue voar na região pelo excesso de aves. Aqui é um espaço aéreo, em que pese ser de competência federal. Mas tem uma preocupação que envolve saúde pública, porque desse caso um acidente aéreo pode, está vulnerável. Mas aí vem a grande questão, que essa Casa e a OAB estarão acompanhando também, para que funcione e amplie o aterro sanitário tem que ter uma autorização do Comaer...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Conclua, por favor, doutor.

O SR. LEMUEL LAUTON - Rapidamente. Do Comaer, que é o Comando Aéreo Regional. Lembrem-se, os aterros sanitários de Guarulhos, a última autorização que tem é de 2011, 2011, tem uma CEI e uma ampliação, agora, que está ocorrendo no Cabuçu, da Quitaúna. Lembrando, não tem essa autorização, tem apenas um pedido de 2016 que ainda não foi autorizado. São essas questões que eu queria pontuar aqui. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Obrigado, doutor. Rogério, você já foi chamado? Olha, você, na verdade, o nosso tempo já acabou. Eu só gostaria de esclarecer, porque nós temos prazo para entregar essa Casa, agora. E, principalmente, que hoje à tarde tem mais cinco audiências. Então, eu vou passar a palavra para o senhor, porque o senhor está inscrito também e depois eu vou pedir para o secretário fazer as considerações finais dele. E ele sinta-se à vontade para responder o que ele achar melhor, porque não temos mais tempo.

O SR. ROGÉRIO DE OLIVEIRA - A minha pergunta é simples. A gestão está falando em transparência, por que ela não fala que nesses três primeiros meses ela está dando 33 milhões em recursos humanos para a Gerir? É só isso. O restante, em outro momento, eu vou falar melhor,

CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 19/06/17





porque o Conselho de Saúde já foi desrespeitado em sua plenitude desde o início.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Secretário, infelizmente, acabou o nosso tempo. Eu vou te passar para as suas considerações finais, se o senhor puder fazer um resumo. Porque eu não posso entregar essa Casa depois do horário.

O SR. JOSÉ SÉRGIO IGLESIAS FILHO - Bom, só duas coisas. Aquela senhora, eu gostaria muito que a Dra. Graciane respondesse à pergunta dela, porque tem a ver com a representante da OAB, de respeito à pessoa humana, dignidade, violência, abuso sexual. Isso tem nos preocupado muito, muito, muito.

Bom, na ausência dela, então, eu vou só fazer as considerações finais. Rogério, não haverá nenhuma perda com relação à custeio de RH, todo o valor será descontado da Gerir.

Bom, fique tranquilo, isso vai mostrar, isso vai mostrar. Bom, eu só quero encerrar dizendo o seguinte, Carlos Derman, eu queria dizer uma coisa para você. Eu vi as suas colocações em relação a algumas comparações que você fez, querendo nos mostrar que tinha dinheiro, que tinha caixa, que não soubemos gastar, que não soubemos comprar, ou que não tivemos agilidade para tal. Confie muito no nosso senso de responsabilidade, de vontade de dar certo? Se nós entrarmos no embate de ficarmos comparando essa nova gestão com a sua, nós vamos perder muito tempo em coisas que são imutáveis.

Eu queria, espera aí, Gra, eu queria te dizer, com todo respeito do mundo, que o seu momento de gestor passou na Saúde, e você teve oito anos para fazer. Os indicadores estão aí, o grau de satisfação da população é patente, os problemas do HMU existem, o que esse senhor acabou de falar com relação à SVO não é de hoje. Então, eu não vou ficar aqui apontando as deficiências da gestão anterior, porque eu sei que você fez o seu máximo. E talvez o seu máximo tenha sido isso que nós estamos vendo, eu acredito que você tenha feito tudo o que foi possível. Agora, por gentileza, eu te peço que, você tem o direito como ser humano de fazer tudo que acha e o que deve, mas menos a questão da gestão. Eu acho que... sempre vou te respeitar, pelo seu trabalho, pela sua dedicação, pelo seu profissionalismo. Mas, que fique bem claro que em nenhum momento nós agimos com qualquer irresponsabilidade no que se refere à medicação e insumos, porque não podemos nos esquecer. Eu vou dar um exemplo bem chulo, bem chulo. A minha esposa gasta 100 reais por mês no açougue, tá? Só que eu não pago o açougue há seis meses. Eu dou 100 reais e peço para ela ir comprar carne amanhã, vocês acham que eles vão vender ou vocês acham que eles vão me cobrar a dívida do passado?





Então, eu não sei se quando ele era gestor, em 2015 para 2016, deixou de pagar os fornecedores, um mês, dois meses, três meses, quatro meses, cinco meses, seis meses. Então, essa discussão não leva a nada, meu caro, tá? Eu respeito o seu papel de assessor de uma nobre e super-respeitável vereadora, mas eu não vou entrar nessa esfera. Eu vou fazer com o que eu tenho o melhor e aquilo que está ao meu alcance.

Infelizmente, o meu tempo de gestor vai passar, mas eu quero deixar uma marca de resgate na saúde pública do município. Muito obrigado a todos e desculpem até os meus colaboradores por ter tomado tanto tempo, a população em geral, os vereadores. Eu só gostaria que a Dra. Graciane desse uma resposta para aquela senhora, D. Zélia? Que é muito importante, é extremamente importante tudo que a senhora disse.

A SRA. GRACIANE DIAS FIGUEIREDO MECHEAS -
D. Zélia, eu a conheço há bastante tempo, eu tenho o maior respeito, foi conselheira na minha época, na época em que eu fui conselheira municipal. E eu tinha até anotado aqui, eu acho que teve um erro de interpretação com relação ao DAES, que é o departamento da Dra. Ana. Em nenhum momento a Secretaria de Assuntos Difusos assumiu a violência.

A Secretaria de Assuntos Difusos, que segue a diretriz do nosso prefeito, acabou de ser nomeado um secretário dessa secretaria. Ela engloba a saúde da situação prisional, do Consultório de Rua, da população indígena, negra, imigrantes, idosos e GLBT. Daí, na rede de urgência e emergência, essa sim está com a situação de violência. Eu, em particular, sou filha de uma defensora, há milhões de anos, de saúde da mulher e violência contra a criança e adolescente. Eu sou filha da Dalila, ela é da Asbrad, e aquela unidade, sim, tem um trabalho há muitos anos com relação à violência da mulher. E me preocupa muito 15 horas de espera para o atendimento de duas crianças que foram violentadas, isso sim a gente tem que, de qualquer maneira, resolver.

A gente tem um problema muito grave com relação ao atendimento dessas pessoas violentadas, todas as nossas unidades de urgência são unidades de referência para atendimento de urgência e emergência no quesito violência. Mas ainda não temos exame de violência no município, ainda é um dever do Estado. Assim que a gente tiver, isso sim, essa sua proposta com relação ao hospital, atrás do JJM, a gente gostaria muito que ele funcionasse, mas o custeio não vai ser municipal.

A gente tem buscado parcerias, foi a primeira colocação nossa com relação ao governo do Estado.

– Manifestações em Plenário.

CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 19/06/17



A SRA. GRACIANE DIAS FIGUEIREDO MECHEAS -

Eu estou falando, viu, Rogério? Eu estou falando, viu, Rogério? Por favor. Obrigada.

E essa primeira nossa ida ao governo do Estado foi em relação a esse hospital. Sr. Luiz estava junto, o Sr. Luiz é um superdefensor da abertura, só que o custeio não pode ser municipal, a gente não tem como, é custeio estadual. O vice-governador nos recebeu, a gente apresentou, tem um projeto, a gente tem toda a situação, eu acho que uma PPP é um caminho. Mas a gente gostaria muito que o hospital fosse aberto. Eles disseram que é para a gente reconversar com eles no ano que vem, não nos deixaram abertura nenhuma para esse ano.

Então a gente... não está fora da nossa Pauta, o hospital de atendimento da mulher, sim. E violência sexual contra a mulher, contra a criança é premissa da nossa secretaria. Eu levo isso muito seriamente, porque a minha mãe jamais deixaria eu deixar esse assunto de lado. Então, é um assunto que eu falo frequentemente, a Eide está à frente disso, ela já está há muitos anos. Ela olha para mim e fala: "Núcleo de violência, quando que é a reunião?". Retomou o GT, ele tinha sido abandonado. E eu não sei interpretar direitinho, mas essa Guarda Municipal específica para a violência, que é a Patrulha da Mulher, a Janete ficou de me dar uma aulinha, eu fiquei ainda, estou essa aulinha sobre essa patrulha, para não ter esse problema da GCM. Porque a GCM vai estar específica para o atendimento da violência, para que não tenha essa espera que aconteceu.

Então, eu acho que essa patrulha, aqui, é uma legislação de um vereador da Casa, e eu acho que vem a nos defender nesse quesito. Então, violência está na nossa pauta, sim. Tem muita, muita, muito caso. A gente está com um problema de migração frequente no nosso município, que também não podemos deixar de lado. A gente recebe muitos imigrantes, tem muitas questões ainda a serem desencadeadas, mas a gente está só no começo. São só quatro meses e eu acho que a gente está avançando de vento em popa e eu acho que a gente tem muito o que avançar. Mas essa conquista, dessa nova secretaria, eu acho que vai ao encontro a problemas que vão ser considerados bem mais próximos do que eles separados em várias secretárias.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Obrigado, secretária. Eu gostaria de fazer alguns agradecimentos. Agradecer o pessoal da TV Câmara por estar presente cobrindo essa Audiência Pública. Agradecer a todos os técnicos e o pessoal da Comissão de Saúde. Um agradecimento e parabenizar também a todos os trabalhadores e membros da Secretaria da Saúde. E, principalmente, os conselheiros do municipal de Saúde, todos os conselhos da cidade. E a todos os demais presentes, aqui nessa Audiência Pública.

CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 49 / 06 / 17



PODER LEGISLATIVO
CIDADE DE GUARULHOS

63/63
Aud. Públ. (Saúde),
29-05-2017

Não tendo mais matéria a ser tratada, dou por encerrada a presente Audiência Pública. Obrigado e boa tarde a todos.

- Encerra-se a Sessão às 13h10min.

Carimbo: Câmara Municipal de Guarulhos - Agência de Relações Legislativas


- PRESIDENTE -

Vereador Dr. Alexandre Dentista
Comissão de Higiene e Saúde Pública



OBS: OS DISCURSOS AQUI TRANSCRITOS NÃO FORAM REVISTOS PELOS ORADORES.